



RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº78 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

Aprova a alteração de PPC e dá outras providências.

O PRESIDENTE do COLEGIADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – CEPE, de acordo com a Lei que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 9º do Regimento Interno do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina - Resolução CONSUP nº 27 de 8 de setembro de 2020, pela competência delegada ao CEPE pelo Conselho Superior através da Resolução CONSUP nº 17 de 17 de maio de 2012, e de acordo com as atribuições do CEPE previstas no artigo 12 do Regimento Geral do Instituto Federal de Santa Catarina Resolução CONSUP nº 54 de 5 de novembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração de PPC de Especialização em Pesquisa e Prática Pedagógica – Câmpus Gaspar, conforme anexos, e revogar a Resolução Cepe nº 71/2018/CEPE/IFSC que trata do referido curso:

Nº	Câmpus	Curso				Carga horária	Vagas por turma	Vagas totais bienais	Turno de oferta
		Nível	Modalidade	Status	Curso				
1.	Gaspar	Pós - Graduação Lato Sensu	Presencial	Alteração	Especialização em Pesquisa e Prática Pedagógica	420 horas	50	50	Sextas-feiras noturno; aos sábados matutino e vespertino

Florianópolis, 19 de novembro de 2020.

LUIZ OTÁVIO CABRAL
Presidente do CEPE do IFSC
(Autorizado conforme despacho no processo nº 23292.025331/2020-44)



ALTERAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

DADOS DO CAMPUS

1 Campus: Gaspar

2 Departamento: Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão

3 Contatos/Telefone do campus:

DEPE – daniela.sbizera@ifsc.edu.br (47) 99211-9167

Coordenadoria de Curso – fernando.mezadri@ifsc.edu.br (47) 99925-9778

DADOS DO CURSO

4 Nome do curso: Curso de Especialização em Pesquisa e Prática Pedagógica

5 Número da Resolução do Curso:

Resolução CEPE nº 11/2016, 6 de abril de 2016;

Resolução Consup nº 11/2016, de 25 de abril de 2016.

6 Forma de oferta: Presencial

ITEM A SER ALTERADO NO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:

Item 1.1 Mantenedora.

Item 1.2 Mantida – câmpus proponente.

Item 1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta.

Item 1.4 Contextualização (segundo parágrafo, p. 04, 6ª linha até o final do parágrafo do texto do PPC aprovado em maio de 2018).

Item 1.4 Contextualização (terceiro e quarto parágrafo, p. 04 do texto do PPC aprovado em maio de 2018).

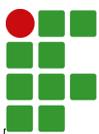
Item 1.4 Contextualização (quarto e quinto parágrafo, p. 04; primeiro parágrafo p. 05 do texto do PPC aprovado em maio de 2018).

Item 1.4 Contextualização (segundo parágrafo, p. 06 do texto do PPC aprovado em maio de 2018).

Item 1.4 Contextualização (terceiro parágrafo, p. 07 do texto do PPC aprovado em maio de 2018).

Item 2 Dados do curso.

Item 3.1 Justificativa da oferta do curso (segundo parágrafo, terceira linha, p.09 do texto do PPC aprovado em maio de 2018).



Item 3.1 Justificativa da oferta do curso (quarto parágrafo, p.11 do texto do PPC aprovado em maio de 2018).

Item 3.1 Justificativa da oferta do curso (sexto parágrafo, p.11 do texto do PPC aprovado em maio de 2018).

Item 3.2 Objetivos do curso.

Item 3.5 Ingresso no curso.

Item 3.6 Desligamento do discente.

Item 3.7 Critérios de reingresso.

Item 4.1 Metodologia.

Item 4.2 Matriz Curricular.

Item 4.3 Componentes curriculares.

Item 4.4 Atividades Complementares.

Item 4.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem.

Item 4.6 Trabalho de Conclusão de Curso.

Item 4.7 Atividades EaD

Item 4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica

Item 5.1 Coordenador do curso

Item 5.2 Vice-coordenador do Curso

Item 5.3 Secretário do Curso

Item 5.4 Corpo Docente Interno

Item 6.1 Instalações gerais e equipamentos

Item 6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD ou para contemplar os 20% da carga horária em EaD nos cursos presenciais)

Item 6.5 Biblioteca.

Item 8. Autorização da Oferta do Curso.



DESCREVER E JUSTIFICAR A ALTERAÇÃO PROPOSTA:

1.1 **Mantenedora.** Sai o nome da Prof^a. Maria Clara Kaschny Schneider como reitora para entrada do prof^o André Dala Possa como atual reitor.

1.2 **Mantida** – câmpus proponente. Houve mudança no CEP do câmpus proponente e este, foi atualizado.

1.3 **Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta.** De consenso entre os membros do GT que a atualização dos nomes ocorresse com os professores que se dispuseram a participar do GT de atualização do PPC da pós-graduação.

1.4 **Contextualização.** Neste trecho do parágrafo, foi necessária a atualização dos dados referentes ao número de salas de aula e laboratórios. O acervo da biblioteca também foi alterado e a sigla NEAD – colocada entre parênteses ; foi antecedida pela sua descrição por extenso. Os dados do acervo atualizados da biblioteca foram obtidos no documento do PDI do IFSC para anos de 2020-2014.

1.4 **Contextualização.** Houve a necessidade de reconstrução e incorporação de mais elementos nos dois parágrafos. O objetivo da mudança consiste em dar maior evidência para os tipos de cursos existentes no câmpus e uma melhor descrição da forma de sua oferta e dos seus eixos tecnológicos. Tudo isso foi feito em sintonia com o PDI aprovado em março de 2020 relativo aos anos de 2020 até 2024. Por essas razões, um terceiro parágrafo necessitou ser incluído.

1.4 **Contextualização.** Após consenso entre os membros do GT, ficou entendido que o os parágrafos que informavam sobre o quantitativo de cursos *lato sensu*, cursos pelo programa UAB e uma menção ao primeiro curso *stricto sensu* do IFSC foram retirados. Estes, remetiam ao contexto de justificativa quando dá criação do curso. Atualmente, o IFSC já compõe um grande repertório de cursos *lato e stricto sensu* tanto na modalidade presencial quanto em EaD. Citar no PPC todos os cursos que hoje fazem parte do plantel do IFSC, entendeu-se como desnecessário, inclusive pela dificuldade em buscá-los no site do IFSC e atualizá-los. Além disso, só fazer constar esse quantitativo no atual PPC não se mostra mais relevante dado o fato do curso de especialização em Pesquisa e Prática Pedagógica se encontrar em sua segunda turma encontrando justificativa em sua própria trajetória.

1.4 **Contextualização.** Colocação de espaçamento entre os termos “econômicas” e “desenvolvidas”. Feito esse ajuste, o parágrafo como um todo permanece igual.

1.4. **Contextualização** Somente a colocação da grafia correta. Modificação de “*latu*” *senso* para *lato sensu*. Feito esse ajuste, o parágrafo como um todo permanece igual.

2 **Dados do curso.** Conforme a Resolução CONSUP nº 24, de 23 de outubro de 2019 que estabelece a carga horária das unidades curriculares devam ser contadas como múltiplos de 15, obrigatoriamente foi necessária uma revisão e alteração na matriz curricular do curso. Houve uma redução da carga horária do TCC e uma redistribuição da carga horária em outras unidades curriculares. As 420 horas do curso continuam, mas, agora com 390 h para as unidades curriculares e 30 h para o TCC.

3.1 **Justificativa da oferta do curso.** Correção gramatical na preposição “do”. Foi acres-



cido a letra “s” para deixar no plural e gerar concordância.

3.1 Justificativa da oferta do curso. O parágrafo que anteriormente iniciava com “Lembramos [...]”, agora, passa a iniciar com “Vale lembrar [...]”. Além disso, esse parágrafo foi acoplado ao final no parágrafo que o antecedia. Sendo este parágrafo mais curto e por entendermos não ter havido uma mudança na argumentação, compreendemos haver maior coerência em relação à fluidez textual.

3.1 Justificativa da oferta do curso. O referido parágrafo foi acoplado ao parágrafo que o antecedia. O parágrafo, por se mostrar muito curto e por tratar de dados estatísticos relativos aos índices educacionais, entendemos que, se unidos, não apresentaria mudança na coerência argumentativa como um todo.

3.2 Objetivos do curso. O item (d) dos objetivos específicos teve uma alteração. “Pesquisa-ação” deu lugar para “pesquisa aplicada”. Após discussão com o corpo docente do curso, entendeu-se que o conceito de pesquisa-ação vinha provocando dificuldades compreensivas da parte dos estudantes e dos orientadores quanto a sua efetiva realização. As pesquisas intituladas “pesquisa-ação” necessitam de maior preparação e robustez em todo seu processo. A falta dessa abrangência, passou a produzir fragilidades nas pesquisas promovidas pelos estudantes, considerando que as pesquisas em si, não atendiam às premissas exigidas por esse tipo de pesquisa. Por isso, os docentes entendem que, o conceito de “pesquisa aplicada” permita maior flexibilidade aos projetos de pesquisas, inclusive de se optar pela prática da pesquisa-ação. O curso de Especialização em Pesquisa e Prática Pedagógica, em sua concepção e justificativa se sustém pela prática da pesquisa-ação de maneira ampla, mas, de modo específico, não é produtora de eficácia dos trabalhos de pesquisas, manter o conceito como objetivo específico.

3.5 Ingresso no curso. Após reunião do GT de revisão destacado para revisão do PPC, entendeu-se a necessidade de uma inserção mais clara da abrangência do edital de ingresso, conforme consta no primeiro parágrafo do texto. A parte do texto que informava que o estudante “no módulo III” deveria fazer a matrícula nas unidades curriculares obrigatórias, foi retirada pois, a partir de um contato com o RA do câmpus, matrículas em UC obrigatórias, ocorre de modo automático. Além disso, foi necessário um desdobramento do segundo parágrafo em outros parágrafos para dar mais clareza às informações. As informações contidas no texto sobre o “ingresso no curso” foram melhores redigidas para ganharem mais clareza em relação à escolha que os estudantes deveriam fazer sobre o eixo das unidades curriculares optativas uma vez que isso gera muitas dúvidas entre os estudantes. Por isso, o GT achou prudente que constasse no PPC, documento oficial do curso. Foi incluído um texto sobre a abertura de matrícula para aluno especial – o que não havia no PPC aprovado em maio de 2018 -. Após a reunião do corpo docente e do GT de revisão do PPC, entendeu-se a necessidade da entrada de estudantes com matrícula especial. Por isso, fez-se obediência ao capítulo IX da Resolução do CONSUP nº 24, de 23 de outubro de 2019. A entrada de estudante com matrícula especial, visa um melhor aproveitamento e otimização dos recursos físicos e humanos do câmpus, maior visibilidade do curso na região, incremento de futuros estudantes e oportunidade de aperfeiçoamento intelectual para os interessados da comunidade externa e interna ao câmpus.

3.6 Desligamento do discente. O texto necessitou ser atualizado em função do art. 34 da Resolução do CONSUP nº 24, de 23 de outubro de 2019. O GT entendeu que o texto desse documento normativo deveria ser adotado em sua íntegra nesse novo PPC da



pós-graduação, já que regulamenta os processos acadêmicos relativos ao funcionamento dos programas de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, IFSC. Os itens III e IV da resolução – por se tratarem de cursos EaD -, foram excluídos considerando que o curso em tela atua de modo presencial.

3.7 Critérios de reingresso. Como o novo formulário do CEPE passou a exigir esse tópico, o GT de revisão do PPC, após conversa entre seus membros, decidiu inserir na íntegra o capítulo VI da Resolução do CONSUP nº 24, de 23 de outubro de 2019. Como no PPC do curso aprovado em maio de 2018 não faz menção a esse tópico, destacamos que a redação que se apresenta é nova. A partir do capítulo VI da Resolução do CONSUP, foram elaborados dois parágrafos para orientar o reingresso do estudante no curso.

4.1 Metodologia. Atualização da carga horária total do curso, acrescentando a carga horária para o TCC. Foi feito um ajuste da redação do período do texto que antecede o percentual de 20%. Sobre esse aspecto, foi retirado o caráter facultativo da utilização da carga horária em EaD através da supressão do verbo “poderá”. Por isso, o texto denota agora, que fica compulsório os 20% de carga horária de atividades EaD conforme resolução CONSUP nº 24, de 23 de outubro de 2019. Foi realizado um detalhamento sobre os procedimentos metodológicos nessas atividades em EaD (item i) com a inclusão do item (j) para dar flexibilidade ao processo de ensino e aprendizagem. O trecho sobre o “atendimento do discente” também foi modificado. Foi substituído o termo “Moodle” por “ambientes virtuais institucionalizados”.

4.2 Matriz Curricular. A alteração da matriz curricular para o novo formato do PPC seguiu o documento atualizado pelo CEPE. Nesse novo documento, há uma coluna para inclusão da carga horária em EaD. Como não havia no PPC do curso aprovado em maio de 2018, foi necessária a inclusão nessa nova versão. A unidade curricular Políticas Públicas teve alteração em sua nomenclatura para História da Educação Brasileira. A mudança ocorreu a pedido do docente da unidade curricular alegando que, ao se discutir Políticas Públicas, acabava-se fazendo muitos recortes históricos para situar as Políticas Públicas. Por essa razão, ao ganhar o nome de História da Educação Brasileira, se poderá com maior abrangência, fazer-se a inclusão e contextualização das Políticas Públicas nesse processo. A unidade curricular Monografia teve alteração em sua nomenclatura para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma vez que se opta, nesta especialização, pelo trabalho em formato de artigo. Ao final do quadro da matriz curricular foi acrescentada uma explicação sobre a organização das unidades curriculares que o estudante estudará em cada módulo. Além disso, foi acrescentada uma explicação de como está a organização das unidades curriculares nos módulos e o modo de eleição das unidades optativas dentro de seus eixos.

4.3 Componentes Curriculares. Todas as unidades curriculares foram modificadas para se adequar ao formulário de pós-graduação *lato sensu*, atualizado em 17/07/2018, como também à resolução CONSUP nº 24, de 23 de outubro de 2019 que estabelece a inclusão de 20% de atividades EaD nos cursos em questão. Dessa forma, cada unidade curricular atualizou sua ementa e referencial bibliográfico, acrescentando a metodologia de abordagem e os 20% de carga horária EaD.

4.4 Atividades Complementares. Foi alterada a redação de algumas partes do texto: troca da palavra aluno por estudante, inclusão da necessidade de comprovação da



participação das atividades mediante declaração, certificado ou publicação em anais, quando for o caso. O item (c) que trata da “participação, como ouvinte, de duas bancas de defesa de trabalho de conclusão de curso. Esses trabalhos podem ser em nível de graduação ou pós-graduação”. Foi reescrito para deixar mais claro que as bancas que os alunos vão assistir podem ser, as duas em nível de graduação, as duas em nível de pós-graduação ou uma em nível de graduação e a outra em nível de pós-graduação. Foi acrescentado um parágrafo para explicar o processo de avaliação das atividades complementares através do papel da coordenação de curso no processo, da compilação dos documentos em um dossiê, a constituição de uma comissão avaliadora através de um GT para avaliação e deferimento. A informação sobre a organização dos documentos na forma de dossiê não havia no PPC anterior, mas entendemos que a elaboração do dossiê é mais fácil para o aluno e para a análise do GT do curso para validar a participação nas atividades complementares. Por este motivo, resolvemos deixar isso registrado no novo PPC. Também acrescentamos um parágrafo que deixa claro que as Atividades Complementares são pré-requisito para a obtenção do certificado de conclusão do curso. Como essas novas informações e esclarecimentos, acreditamos que muitas questões e dúvidas levantadas pelos estudantes ficarão resolvidas.

4.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem. Melhorias no detalhamento de como devem acontecer os processos avaliativos, incluindo maiores esclarecimentos quanto a recuperação do ensino e aprendizagem, de notas e os pedidos de revisão da nota por parte do estudantes tendo como base o Regulamento Didático Pedagógico do IFSC aprovado pela Resolução do CONSUP nº 20, de 25 de junho de 2018.

4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

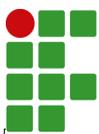
Foi detalhado, com mais clareza, o que é necessário constar no artigo a ser elaborado pelo estudante como Trabalho de Conclusão de Curso (introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise e discussão dos resultados, considerações finais, além dos elementos pré e pós-textuais). O conceito de Pesquisa-Ação, que havia no PPC do curso aprovado em maio de 2018 foi alterado para Pesquisa Aplicada. Elucidando, da mesma forma, quem pode ser orientador, coorientador e quem pode participar como membro da banca, incluindo servidores, não apenas professores, como membro de banca, desde que tenham formação afim à área de pesquisa. Ficou melhor explicado as responsabilidades do estudante quanto às suas obrigações após a defesa de TCC no que se refere aos prazos, correções e documentos a serem entregues. Aspectos relacionados aos pedidos de prorrogação de defesa de TCC ficam mais elucidados da mesma forma como foi melhor evidenciado o papel da secretaria acadêmica nas etapas que antecede a solicitação do certificado e ao pedido de prorrogação de defesa do TCC quando for o caso.

4.7 Atividades EaD

Acréscimo das atividades EaD, fato que não acontecia no PPC anterior do curso, aprovado em maio de 2018. Nesse item são discriminados como os docentes e discentes atuarão nessas atividades, elucidando as práticas pedagógicas e o desenvolvimento de competências. Também são relatados os meios e as ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas evidenciando como deve acontecer o processo avaliativo.

4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica

Foram acrescentadas especificações de como o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis no curso. Acrescentamos o que a resolução CONSUP 61/2016 do IFSC



entende como extensão e como isso é observado no curso. No final, acrescentamos um novo parágrafo enfatizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Assim, o ensino, pesquisa e extensão caminham de forma indissociável no curso, uma vez que as discussões nas Unidades Curriculares fomentam e embasam as pesquisas realizadas que, por sua vez, são realizadas na comunidade escolar, promovendo o compartilhamento do conhecimento produzido e uma interação dialógica com a sociedade, que traz novos elementos para a pesquisa e as discussões em sala de aula).

5.1 Coordenador do curso

Troca do nome do coordenador com o período de sua vigência, de acordo com a portaria criada para esse fim.

5.2 Vice-coordenador do Curso

Neste novo formulário passou a fazer constar, diferentemente do modelo adotado no PPC aprovado em maio de 2018.

5.3 Secretário do Curso

Neste novo formulário passou a fazer constar, diferentemente do modelo adotado no PPC aprovado em maio de 2018.

5.4 Corpo Docente Interno

Atualização do corpo docente do curso com suas respectivas formações e a carga horária, por docente, em cada disciplina. Foi incluído um parágrafo ao final do quadro do corpo docente. Esse parágrafo estabelece pontos para flexibilizar a entrada e saída de professores do quadro de docentes da pós-graduação. Entende-se que o quadro estipulado no PPC não deva ser rígido a ponto de inviabilizar o bom andamento do curso. Existem diferentes situações em que os docentes possam estar impedidos de lecionarem em um semestre ou período letivo. Por essa razão, para não haver desfalque e por conseguinte, interferência nos processos de orientação de TCC ou sobrecarga na carga horária docente, por exemplo; o colegiado do curso poderá deliberar sobre novos docentes – com aptidão -, para integrarem o corpo docente interno.

6.1 Instalações gerais e equipamentos

Atualização do número de salas e laboratórios. Atualização das salas de reuniões com a o acréscimo de mais um espaço para reuniões. O texto atual passa a contar com dois parágrafos.

6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD ou para contemplar os 20% da carga horária em EaD nos cursos presenciais)

Descrição do que o Câmpus possui para garantir a produção e o acesso ao material EaD. No último ano o Câmpus equipou um laboratório de audiovisual, que garante aos professores e alunos um espaço para a produção de material audiovisual, auxiliando nas atividades EaD.

6.5 Biblioteca. O número do acervo foi atualizado conforme PDI – 2020/2024 aprovado pela resolução CONSUP N° 07, de 04 de março de 2020.

8. Autorização da Oferta do Curso. Foi atualizado a partir da inserção da resolução CONSUP N° 07, de 04 de março de 2020 que aprovou o PDI para os anos 2020 até 2024, também faz previsão para a oferta do curso e de vagas.



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

Empty rectangular box for stamp or signature.

_____, ____ de ____ de ____.

Assinatura da Direção do Campus



**PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA E PRÁTICA
PEDAGÓGICA
GASPAR**
Lato Sensu

Gaspar, setembro de 2020

Sumário

1 DADOS DA IES	3
1.1 Mantenedora.....	3
1.2 Mantida – câmpus proponente.....	3
1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta.....	3
1.4 Contextualização da IES.....	3
2 DADOS DO CURSO	8
2.1 Requisitos Legais.....	8
2.2 Parceria externa para a realização do curso.....	8
2.3 Dados para preenchimento do certificado.....	8
3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO	8
3.1 Justificativa da oferta do curso.....	8
3.2 Objetivos do curso.....	13
3.3 Contribuições para o egresso.....	13
3.4 Público alvo.....	14
3.5 Ingresso no curso.....	14
3.6 Desligamento do discente.....	15
3.7 Critérios de reingresso.....	16
4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	16
4.1 Metodologia.....	16
4.2 Matriz Curricular.....	17
4.3 Componentes curriculares.....	18
4.4 Atividades complementares.....	37
4.5 Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem.....	38
4.6 Trabalho de Conclusão de Curso.....	39
4.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD).....	41
4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente.....	41
4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica.....	42
5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL	43
5.1 Coordenador do Curso.....	43
5.2 Vice-coordenador do Curso.....	43
5.3 Secretário do Curso.....	43
5.4 Corpo Docente Interno.....	43
5.5 Corpo Docente Externo.....	45
5.6 Colegiado do Curso.....	45
6 INFRAESTRUTURA FÍSICA	46
6.1 Instalações gerais e equipamentos.....	46
6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampus (para cursos EAD).....	49
6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD).....	49
6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD ou para contemplar os 20% da carga horária em EaD nos cursos presenciais).....	49
6.5 Biblioteca.....	49
7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	51
8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO	51
9 ANEXO	51

1 DADOS DA IES

1.1 Mantenedora

Nome da mantenedora: Instituto Federal de Santa Catarina

Endereço: Rua Quatorze de Julho

Número: 150

Bairro: Coqueiros

Cidade: Florianópolis

Estado: Santa Catarina

CEP: 88075-010

CNPJ: 11.402.887/0001-60

Telefone(s): (48) 3877-9000

Ato legal: Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008

Endereço WEB: www.ifsc.edu.br

Reitor(a): Profº. André Dala Possa

1.2 Mantida – câmpus proponente

Nome da mantida: IFSC – câmpus Gaspar

Endereço: R. Adriano Kormann

Número: 510

Bairro: Bela Vista

Cidade: Gaspar

Estado: Santa Catarina

CEP: 89111-009

CNPJ: 11.402.887/0010-51

Telefone(s): (47) 3318-3710

Ato legal: Portaria Nº 1.366, de 06 de dezembro de 2010. (Retificada em 28/06/2011)

Endereço WEB: <http://gaspar.ifsc.edu.br/>

Diretor(a) geral: Profa. Ana Paula Kuczmynda da Silveira

1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta

Nome: Christina Martinez Hipólito

Email:

christina.martinez@ifsc.edu.br

Fone:

(48) 99914-2030

Nome: Idce Ihlenfeldt Sejas

Email:

idce.sejas@ifsc.edu.br

Fone:

(41) 98820-9351

Nome: Vanessa Oechsler

Email:

vanessa.oechsler@ifsc.edu.br

Fone:

(47) 99978-9678

1.4 Contextualização da IES

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sede em Florianópolis, onde se encontra o prédio da Reitoria, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A missão do IFSC é promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação,

contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

A instituição tem um longo histórico que remonta a sua criação como Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina, em 1909. A instituição trocou de nome algumas vezes, tendo sido chamada de Escola Industrial de Florianópolis, Escola Técnica Federal de Santa Catarina e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-SC), em diferentes períodos, antes de adotar a nomenclatura atual. Ao longo de todo esse tempo, e apesar das mudanças de nome, o que não mudou foram os objetivos do IFSC, que sempre foram ligados à oferta de educação profissional e tecnológica pública e de qualidade. Para tanto, buscou-se oferecer cursos de acordo com as necessidades dos cidadãos e do mercado de trabalho, envolvendo as tecnologias mais relevantes em cada período histórico e em cada comunidade em que atua.

O IFSC possui 22 câmpus, sendo quatro deles na região da Grande Florianópolis – Florianópolis, Florianópolis-Continente, São José e Palhoça-Bilíngue – e os 18 restantes distribuídos por todo o estado de Santa Catarina: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Geraldo Werninghaus, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê. Além disso, ainda conta com diversos polos presenciais EaD e Núcleos Avançados. Dessa forma, o IFSC atende todo o estado de Santa Catarina em uma perspectiva de formação profissional consistente e articulada aos anseios da sociedade catarinense.

O câmpus Gaspar foi um dos câmpus criados a partir da lei 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008, quando são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, fase em que houve grande expansão da rede Federal Tecnológica, com a implantação gradativa dos 22 câmpus atuais. O câmpus Gaspar está localizado no bairro Bela Vista, município de Gaspar, em um terreno de 34.000.m², com uma área construída em torno de 6.000 m², doze salas de aula, vinte laboratórios, auditório, quadra esportiva e espaço reservado ao grêmio estudantil. Conta com biblioteca com acervo de mais de 4.567 títulos. Ainda conta com estrutura para um Núcleo de Ensino à Distância (NEAD), com uma sala de videoconferência, sala de Coordenadoria de Curso e de tutoria.

Atualmente, o câmpus Gaspar oferta cursos no tipo de formação inicial e continuada (FIC), técnicos de nível médio, superiores de tecnologia, cursos de especialização *lato sensu* e cursos PROEJA. Na formação técnica, prevalecem cursos em administração, modelagem do vestuário, informática e química. Estes, são ofertados na modalidade subsequente, concomitante e integrado. Na formação superior em tecnologia, estão presentes os cursos de análise e desenvolvimento de sistemas, design de moda, processos gerenciais.

As escolhas destes cursos se coadunam com os eixos tecnológicos de atuação do IFSC no local em que está inserido, consoante ao seguimento das orientações da própria lei de criação dos Institutos que determina que as ofertas devam ser definidas em função dos arranjos produtivos locais da região. No tocante ao IFSC – Câmpus Gaspar, esses eixos de atuação são: Gestão e Negócios, Informática e Comunicação, Produção Industrial, Produção Cultural e

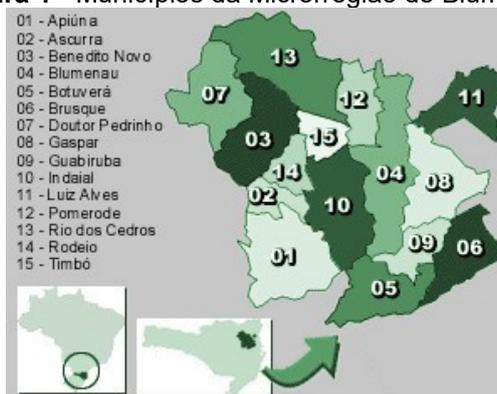
Design e Desenvolvimento Educacional e Social.

Os Institutos Federais – no que tangem os cursos de especialização – têm por finalidades e características, segundo a Lei nº 11.892/2008: ministrar, em nível de educação superior, cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento. No IFSC, boa parte dos cursos dessa natureza, estão voltados para a formação de formadores. Por esse motivo, o curso de especialização em Pesquisa e Prática Pedagógica do Câmpus Gaspar, desde o início de sua concepção em 2015, com turma inaugural em 2017; mantêm-se no cumprimento do compromisso institucional junto à formação permanente dos profissionais formadores no eixo tecnológico de desenvolvimento educacional e social.

A estrutura organizacional do IFSC, bem como sua natureza, finalidade, características e objetivos seguem um padrão definido pelo MEC para as instituições federais de educação tecnológica. O regimento dessas instituições foi concebido e formalizado no bojo da reforma do ensino estabelecida pela LDB no 9.394/96.

O Câmpus Gaspar do IFSC está situado na Microrregião de Blumenau, a qual compreende 15 municípios, conforme ilustrado na figura 1. A população dessa microrregião apresentou um aumento de 23,73% desde o censo demográfico realizado em 2000. De acordo com o censo do IBGE realizado em 2010, 677.553 habitantes ocupam essa microrregião, o que equivale a aproximadamente 11% da população de Santa Catarina (IBGE, 2013).

Figura 1 - Municípios da Microrregião de Blumenau.



Fonte: CITYBRAZIL (2014).

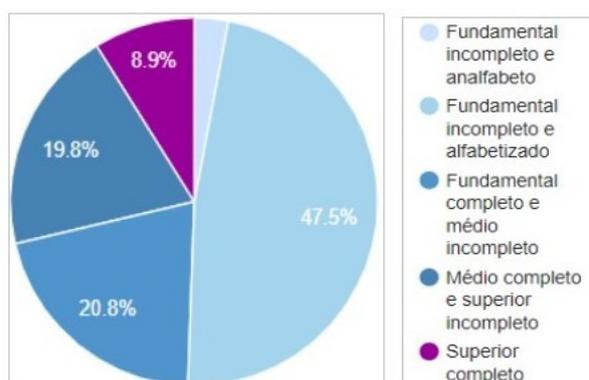
A Microrregião de Blumenau possui um alto índice de desenvolvimento humano, com IDH médio, em 2010, de 0,754 (PNUD, 2013).

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano da Microrregião de Blumenau.

Município	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Apiúna	0,708	0,735	0,827	0,584
Ascurra	0,742	0,739	0,868	0,636
Benedito Novo	0,740	0,723	0,868	0,645
Blumenau	0,806	0,812	0,894	0,722
Botuverá	0,724	0,741	0,848	0,604
Brusque	0,795	0,794	0,894	0,707
Doutor Pedrinho	0,716	0,714	0,843	0,609
Gaspar	0,765	0,770	0,889	0,655
Guabiruba	0,754	0,750	0,876	0,653
Indaial	0,777	0,767	0,873	0,701
Luiz Alves	0,737	0,766	0,870	0,600
Pomerode	0,780	0,780	0,886	0,687
Rio dos Cedros	0,729	0,739	0,827	0,634
Rodeio	0,754	0,769	0,889	0,626
Timbó	0,784	0,807	0,856	0,697
Microrregião	0,754	0,760	0,867	0,651

Fonte: PNUD Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

Especificamente o município de Gaspar tem IDHM de 0,765 e IDHM Educação de 0,655, o que o situa na média da microrregião. Os dados relativos ao IDHM Educação de Gaspar apontam que, em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 3,01% eram analfabetos, 49,47% tinham o ensino fundamental completo, 28,67% possuíam o ensino médio completo e 8,92%, o superior completo (Figura 2). No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%. O baixo índice de conclusão do ensino superior pode ter relação com a ausência de oferta de ensino superior gratuito na microrregião e com a baixa oferta de ensino superior no município.

Figura 2 – Escolaridade da população de Gaspar de 25 anos ou mais

Fonte: Atlas Brasil (2013).

A Microrregião de Blumenau possui 36.956 empresas, que geram 278.801 empregos formais (MTE, 2011, apud SIM, 2013). As atividades econômicas desenvolvidas nessa microrregião integram arranjos produtivos locais, como o de Tecnologia da Informação e Comunicação, Têxtil e Confecção, Cerveja Artesanal, Arroz, Varejo de Autopeças e Turismo, que participam com 12% do PIB estadual (IBGE, 2013). Segundo o Atlas Brasil 2013, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 75,16% em 2000 para 75,69% em 2010. No mesmo período, a taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 6,11% em 2000 para 1,70% em 2010. Dentre a população economicamente ativa, em 2010, 62,43% tinham nível fundamental completo e 35,97% tinham nível médio completo.

Ainda, em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 3,10% trabalhavam no setor agropecuário, 0,16% na indústria extrativa, 40,83% na indústria de transformação, 6,21% no setor de construção, 0,65% nos setores de utilidade pública, 10,71% no comércio e 27,83% no setor de serviços (ATLAS BRASIL, 2013).

As informações demonstram a importância econômica da região para o Estado e também a situação privilegiada com relação aos índices relacionados à qualidade de vida e desenvolvimento humano, cenário que pode ser potencializado por ações educacionais vinculadas à formação profissional, incluindo aqui os profissionais da educação.

Na microrregião de Blumenau, há 13 instituições de ensino superior, dentre as quais 7 estão situadas em Blumenau. Dentre essas instituições, realçamos o câmpus Blumenau da Universidade Federal de Santa Catarina, que oferece os cursos de licenciatura em Química e Matemática, e a Universidade Regional de Blumenau, que oferece os cursos de licenciatura em Educação Física, Matemática, História, Letras (Língua Portuguesa/Língua Inglesa), Música, Química, Ciências Biológicas, Ciências da Religião (oferta eventual), Ciências Sociais, Pedagogia e Teatro.

A oferta presencial de cursos de especialização *lato sensu* vinculados à área da educação nas instituições de ensino superior situadas na microrregião não tem caráter sistemático e geralmente estas ofertas estão atreladas exclusivamente a uma área do conhecimento, como, por exemplo, a especialização em Educação Física escolar, ofertada pela Fameblu, de Blumenau.

Já em nível de mestrado, a Universidade Regional de Blumenau oferece o mestrado em Educação, o mestrado em Química e o mestrado em Ciências Naturais e Matemática, porém, nenhum deles é gratuito.

2 DADOS DO CURSO

Nome do curso: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA
Modalidade: Presencial
Área: Educação
Carga Horária: 420 horas (390 h/a + 30 h/a para o trabalho de conclusão de curso)
Periodicidade: Bienal – ingresso a cada dois anos
Período: 18 meses*, com início no primeiro semestre do ano e organizado na forma de 4 módulos trimestrais. Tempo mínimo de integralização: 18 meses. Tempo máximo de integralização: 36 meses.
Número de vagas: 50 vagas**
Horário e frequência das aulas: Aulas quinzenais, com exceção de finais de semana de feriados, distribuídas da seguinte forma: Sexta-feira – das 18h30min às 22h30min, totalizando 4 h/a; Sábado – das 8 h às 12 h e das 13h30min às 17h30min, totalizando 8 h/a.

*O tempo máximo de integralização curricular é o dobro do período previsto no PPC, conforme Art. 7º da Resolução nº 102/2018/CEPE/IFSC.

** A quantidade de vagas ofertada está em consonância ao Plano Oferta de Cursos e Vagas para o Câmpus Gaspar, contido Capítulo 07 do Plano de Desenvolvimento Institucional para os anos de 2020-2024, conforme Resolução CONSUP nº 07 de 04/03/2020.

2.1 Requisitos Legais

Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 – Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização. Resolução CEPE/IFSC nº 48, de 12 de junho de 2018, publicada em 12 de junho de 2018 – Estabelece diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

2.2 Parceria externa para a realização do curso

Não se aplica

2.3 Dados para preenchimento do certificado

Titulação: Especialista em Pesquisa e Prática Pedagógica

Legislação: Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007; Resolução CEPE/IFSC Nº 48 de 12 de junho de 2018.

3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Justificativa da oferta do curso

O Plano Nacional de Educação/2014 (BRASIL, 2014) – PNE –, instituído pela Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, o qual norteará a educação brasileira entre 2014 e 2024, aponta como diretrizes, entre outras: superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; valorização dos (as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Essas diretrizes apontam para uma diversidade de desafios, dentre os quais ressaltamos a importância de se atuar de maneira efetiva e eficaz na formação docente, de forma a promover as diretrizes acima ressaltadas e atuar no sentido do cumprimento das onze metas definidas pelo PNE. Tais metas realçam a preocupação com a oferta de uma educação básica de qualidade, universalizada e focada na constituição do sujeito como cidadão crítico e reflexivo; como profissional qualificado, ético e cômico de suas responsabilidades sociais e ambientais e como indivíduo preocupado com seu desenvolvimento constante no âmbito da cultura, da ciência e da tecnologia.

Nesse contexto, apontamos que a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre eles o IFSC, a qual indica como finalidades dos institutos, dentre outras:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional [...];

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico [...] (BRASIL, 2008).

Dentre as finalidades acima ressaltadas, sublinhamos o importante papel dos Institutos Federais na promoção da formação continuada de professores das redes públicas de ensino (item VI), promovendo a atualização pedagógica desses profissionais, com foco nas particularidades e demandas regionais (item I) e com base no estímulo à realização de pesquisa aplicada (item VIII) no âmbito da educação. Para tanto, a Lei de Criação dos Institutos Federais faculta a essas instituições de ensino a possibilidade de ofertar, em nível de educação superior,

[...] b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional [...];

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento [...]; (BRASIL, 2008).

Ainda, a Lei 11.892/2008 estabelece que 20% (vinte por cento) das vagas dos Institutos devem ser reservadas ao atendimento dessa demanda, o que sublinha a importância da atuação dos Institutos na formação continuada de professores das redes de ensino.

Nesse contexto, o curso de Especialização em Pesquisa e Prática Pedagógica tem como principal finalidade contribuir para a formação continuada de professores do ensino básico das redes de ensino do município de Gaspar e seu entorno, tendo como norteadores: (1) o trabalho com a pesquisa aplicada à/na educação; (2) o atendimento às peculiaridades socioeducacionais da microrregião em que Gaspar se insere; (3) a promoção de uma educação humanística, científica e tecnológica e (4) o fomento à qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, Meta 7 do PNE.

Eixo norteador importante para orientar este curso de especialização é o trabalho com a pesquisa de natureza aplicada. Segundo Fleury e Werlang (2017), a pesquisa aplicada pode ser definida como um conjunto de atividades nas quais conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, a fim de se obter e confirmar resultados, gerando, assim, impacto para determinado grupo de interesse. No campo da educação, é aquela que tem por objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos, em um dado contexto.

Em relação às tendências tecnológicas na área da educação, ressalta-se a importância dada à formação do professor pesquisador nos documentos norteadores de ensino em nível de país e de estado – Parâmetros Curriculares Nacionais e Proposta Curricular de Santa Catarina.

Especificamente neste último documento (SANTA CATARINA, 1998), ao se falar sobre a formação continuada de professores, ressalta-se a importância de que o professor, nesse processo, tenha acesso às pesquisas aplicadas em encontros regulares, com acompanhamento e coordenação, que permitam o contato constante com o que está sendo discutido e feito.

A Proposta Curricular de Gaspar também realça, ao falar da educação infantil e do ensino fundamental, a importância de o professor assumir “o papel de pesquisador e mediador do processo de aprendizagem buscando leituras e metodologias diversas, envolvendo os componentes curriculares de maneira interdisciplinar” (GASPAR, 2012, p. 88).

Nesse contexto, pensando a pesquisa e a prática pedagógica, Santoro (2009) aponta a pertinência de se trabalhar com a pesquisa-ação, a qual toma como “[...] pesquisa eminentemente pedagógica, dentro da perspectiva de ser o exercício pedagógico, configurado como uma ação que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática” (SANTORO, 2009, p. s/p). É esse conceito de pesquisa-ação e de pesquisa como prática pedagógica que norteiam este Projeto Pedagógico de Curso e, a nosso ver, justificam sua oferta.

Como dito anteriormente, o município de Gaspar compõe parte da microrregião de Blumenau, situada no Médio Vale do Rio Itajaí Açu, a qual é composta por 15 municípios, com características bastante peculiares, resultantes da colonização alemã e italiana, que marcam sua constituição.

Historicamente, a região é caracterizada por baixos índices de analfabetismo, resultantes, em muito, da mobilização dos primeiros imigrantes que constituíram a região, nela implantando, desde o final do século XIX, uma extensa rede de escolas comunitárias, as quais viriam, ao longo da segunda campanha de nacionalização do ensino (nos anos de 1940), a ser estatizadas (SILVEIRA, 2013).

Os dados do Censo da Educação de 2012 apontam que em 2012 havia, na microrregião, 551 estabelecimentos de ensino de educação básica, nos quais estavam matriculados 154.105 alunos (Tabela 2).

Tabela 2 – Censo da Educação Básica (2012) para a microrregião de Blumenau.

MUNICÍPIO	EDUCAÇÃO BÁSICA		EDUCAÇÃO SUPERIOR (SEDE)	
	Matrículas	Estabelecimento	Matrículas	Estabelecimento
Apiúna	2.209	11		
Ascurra	1.874	11		
Benedito Novo	2.082	34		
Blumenau	71.782	202	17.764	7
Botuverá	875	8		
Brusque	24.128	68	3.354	5
Doutor Pedrinho	781	7		
Gaspar	12.780	40		
Guabiruba	3.827	19		
Indaial	12.951	49	70.870	1
Luiz Alves	2.667	11		

Pomerode	5.900	26		
Rio dos Cedros	1.804	9		
Rodeio	1.910	13		
Timbó	8.535	43		
Microrregião	154.105	551	91.988	13

Fonte: Censo da Educação Básica 2012 – MEC.

Os dados atuais, disponíveis no Data Escola Brasil (BRASIL, 2014), referenciam que, especificamente no município de Gaspar, há, hoje, 41 estabelecimentos de ensino voltados à educação básica, sendo 39 deles pertencentes à rede pública de ensino (municipal, estadual e federal). Nas redes públicas municipal e estadual, estão matriculados 11.280 alunos, dos quais 1.414 estudantes têm matrículas em creches, 1.292 estão matriculados na pré-escola, 4.363 estudantes cursam as séries iniciais do ensino fundamental, 3.001 cursam as séries finais do ensino fundamental, 2.557 estudantes cursam o ensino médio e 328 cursam a Educação de Jovens e Adultos (Censo escolar, INEP/2013). Nas escolas existentes há 1438 funcionários, dos quais cerca de 600 são professores. Segundo os Indicadores Demográficos e Educacionais do IBGE (BRASIL, 2014), desses professores, em 2012, 145 atuavam em creches, 104 atuavam na pré-escola, 155 nos anos iniciais do ensino fundamental, 125 nos anos finais do ensino fundamental e 112 no ensino médio (este último dado é de 2009).

Também conforme dados do questionário da Prova Brasil de 2011¹, respondido por 87 professores dos 96 que participaram da amostra, 75% dos professores se formaram em universidades privadas, há um período que varia de 4 a 14 anos. Há ainda 14% dos professores que realizaram seu curso superior em faculdade isolada e 13% que o realizaram em um centro universitário, o que pode indicar pouco contato durante a graduação com práticas de pesquisa. Ainda, 45% dos professores declaram não ter feito ou completado curso de pós-graduação e 14% declaram não ter participado de atividades de formação continuada nos últimos dois anos. Por fim, 60% declaram que a atividade de formação continuada mais relevante da qual participaram contabilizou menos de 80 horas. Todos esses dados apontam para a importância da oferta de um curso de especialização com a temática aqui proposta.

Segundo dados do IDEB de 2013 para as redes municipal e estadual de ensino, 84,2% dos docentes atuantes na Educação Infantil têm ensino superior completo, 85,3% dos docentes atuantes no ensino fundamental têm ensino superior completo e 88,6% dos docentes atuantes no ensino médio também concluíram o curso superior, números esses compatíveis com os percentuais obtidos para o estado de Santa Catarina no mesmo censo; o que aponta para a relevância da oferta de cursos de especialização que possam vir a colaborar para a formação continuada dos docentes em atuação nessas redes de ensino.

¹Fonte: < <https://www.qedu.org.br/> >. Acesso em: 26 jun. 2020.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2013, nas séries iniciais do ensino fundamental regular, o município de Gaspar havia obtido índice 5,4; e nas séries finais, 4,9, entendendo-se como meta no PNE/IDEB 6,0 para as séries iniciais e 5,5 para as séries finais (Meta 7 PNE/2014). Vale lembrar que esse indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, nesse caso, a Prova Brasil.

São justamente os dados da Prova Brasil para o município de Gaspar que nos chamam a atenção e apontam para a pertinência dessa oferta. Com base nos resultados da Prova Brasil para 2011, apenas 44% dos alunos que concluíram o 5º ano (4ª Série) em 2011 aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas na rede pública do município. Para o 9º ano, este número cai para 15%. A partir desses dados, entendemos que há um grande desafio a ser vencido para se atingir a meta de 70%, proporção de alunos que deve aprender o adequado nessa competência até 2022, conforme o PNE/2014. Especificamente no entorno do câmpus, na escola básica situada no bairro Bela Vista, esse índice é de 2% para o 9º ano e de 34% para o 5º ano.

É ainda importante acrescentar que, no município de Blumenau, limítrofe a Gaspar e ao bairro Bela Vista (no qual o Câmpus Gaspar se localiza), há, atualmente, 208 escolas (portanto, seis a mais do que em 2012, quando foi realizado o censo), sendo 1 federal, 33 estaduais, 127 municipais e 47 privadas. Nas redes públicas municipal e estadual de ensino, o município contabiliza 54.521 matrículas no ensino básico. Os dados do município apontam que somente em atuação nas séries iniciais do ensino fundamental em escolas estaduais havia, em 2012, 330 professores; nas séries finais, 418 e no ensino médio, 420. Em atuação nas escolas municipais, havia 715 professores atuando em creches; 659, em pré-escolas; 634, nos anos iniciais do ensino fundamental; 562, nas séries finais do ensino fundamental e 23 no ensino médio, números que reforçam a demanda já apresentada para o município de Gaspar.

3.2 Objetivos do curso

Objetivo Geral

Propiciar espaços para a construção de conhecimentos e habilidades aos professores da educação básica, com foco na utilização da pesquisa como prática pedagógica.

Objetivos Específicos

- a) Promover o reconhecimento da pesquisa como parte da prática pedagógica nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- b) Estimular a construção contínua da prática pedagógica a partir da reflexão sobre o trabalho e

a experiência docente;

c) Propiciar a articulação de conhecimentos teóricos e práticos na formação do docente como agente transformador do contexto socioeducacional e cultural em que atua;

d) Oportunizar o desenvolvimento de pesquisas de natureza aplicada ao contexto educacional;

e) Compreender e exercitar a escrita científica como relato de práticas docentes e caminho para construção e difusão de conhecimentos pedagógicos.

3.3 Contribuições para o egresso

Após a conclusão do curso, espera-se que o profissional educador possa estabelecer em seu trabalho docente uma práxis que compreenda a pesquisa como prática pedagógica, refletindo sobre sua atuação e transformando sua forma de trabalho e a realidade em que atua, tendo como parâmetros os conhecimentos teóricos e metodológicos discutidos no curso. Sendo assim, a atuação deste profissional é ampla, com foco dirigido à educação básica, atendendo especialmente a educação infantil e o Ensino Fundamental e Médio.

Espera-se que o egresso desse curso de especialização atue na educação em diferentes áreas do conhecimento, níveis e modalidades de ensino, de acordo com as diretrizes legais estabelecidas, promovendo uma profunda articulação entre ensino e pesquisa dentro do processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos de ensino apontados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e pela Base Nacional Comum, assim como dos temas transversais.

3.4 Público-alvo

O público-alvo do curso são professores e técnicos ligados à educação básica, com diploma de graduação reconhecido pelo MEC, que estejam preferencialmente atuando em unidades de ensino e tenham interesse em inserir a pesquisa como prática pedagógica na rotina escolar.

3.5 Ingresso no curso

O curso terá oferta a cada dois anos. O ingresso no curso se dará a partir de edital de Ingresso específico, que será amplamente divulgado na região de abrangência do câmpus. Em havendo mais inscritos do que vagas disponíveis, a seleção ocorrerá por meio de prova escrita sobre ementa relacionada ao curso elaborada em data, local e demais especificações indicadas no referido edital de ingresso.

O curso é constituído por unidades curriculares obrigatórias e optativas. A matrícula em todas as unidades curriculares obrigatórias contidas nos quatro (04) módulos do curso ocorrerá de modo automático. Para as unidades curriculares optativas, antes do início do Módulo III, o

estudante deverá indicar entre aquelas disponíveis nos eixos das optativas as duas (02) que desejará cursar a fim de que sejam definidas aquelas que serão ofertadas no Módulo III. Recomenda-se que esta indicação seja feita em diálogo com o orientador de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A indicação será preenchida em formulário próprio a partir de orientações dadas pela Coordenadoria de Curso. O Módulo IV corresponde ao período destinado à elaboração do TCC e nele, a matrícula também será automática para todos os alunos que concluírem o Módulo III e que tiverem seus projetos de pesquisa aprovados na banca de qualificação.

Será possibilitada a matrícula especial em unidade curricular por interessados que não possuem vínculo discente com o IFSC e possuam os pré-requisitos para ingresso no curso, mediante disponibilidade de vaga. As vagas serão disponibilizadas a partir das unidades curriculares contidas no Módulo II exceto em TCC não excedendo 02 (duas) unidades curriculares no total. Para tanto, será divulgado edital específico com o número de vagas e critérios de seleção. Havendo vagas disponíveis e a critério do professor, as vagas serão anunciadas. Os critérios para seleção, as unidades curriculares e vagas disponíveis, serão regulamentadas através de edital específico elaborado pela Coordenadoria de Curso.

3.6 Desligamento do discente

O discente será desligado do curso por iniciativa própria, a qualquer tempo em que o requeira à Coordenadoria de Curso, através de requerimento específico protocolado na Secretaria Acadêmica, ao qual será anexada a sua comprovação de inexistência de débito com a biblioteca. O coordenador de curso terá até 15 (quinze) dias para emitir parecer a respeito.

O discente será desligado do curso por iniciativa do IFSC quando:

- I – nos cursos presenciais, por substituição de outro candidato aprovado quando, o aluno deixar de comparecer às aulas de 2 (dois) encontros consecutivos sem justificativa, ou a qualquer tempo, enquanto for possível chamar outro candidato para ocupar a vaga;
- II – nos cursos presenciais, por abandono, a qualquer tempo, quando o aluno deixar de comparecer a 15 (quinze) dias letivos consecutivos sem justificativa, desde que excluídas as possibilidades do inciso anterior;
- III – por desistência ou não apresentar o TCC nos prazos previstos, quando houver;
- IV – por expiração do período máximo de integralização do curso;
- V – por falta de documentação comprobatória ou descumprimento de outros itens do termo de matrícula condicional, estabelecidos em edital de ingresso;
- VI – por transgressão disciplinar grave ou infrações reincidentes aos dispositivos desse documento e do código de ética do aluno;
- VII – por falecimento do aluno.

Os discentes que não conseguirem concluir o curso dentro do prazo de integralização previsto no presente PPC, contando com a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), terão sua matrícula cancelada em virtude da expiração do tempo máximo de integralização. Segundo a Resolução CEPE 102/2018 Art. 7º, o aluno terá o dobro do período de integralização previsto no PPC para cumprir os requisitos de certificação de seu curso, sob pena de cancelamento da matrícula por expiração do período máximo de integralização.

Compete à Coordenadoria de Curso ou Área em parceria com a Coordenadoria Pedagógica, acompanhar a frequência e informar à Direção-Geral do câmpus as matrículas que devem ser canceladas.

O cancelamento da matrícula será realizado por meio de portaria expedida e divulgada pela Direção-Geral do campus e encaminhada ao Registro Acadêmico para efetivação do processo no sistema acadêmico. O cancelamento por transgressão disciplinar será avaliado e deliberado por uma comissão composta por Direção ou Chefia de Ensino, Coordenadoria do Curso e Coordenadoria Pedagógica.

3.7 Critérios de reingresso

O reingresso se aplica à estudantes que tiveram suas matrículas canceladas. O estudante que fizer jus ao reingresso poderá fazê-lo assim que houver nova oferta do curso. Para tanto, deverá requerê-lo através de pedido protocolado à Secretaria Acadêmica para posterior avaliação da Coordenadoria de Curso. Além disso, cabe a essa mesma coordenadoria gerenciar todos os processos de pedido de reingresso.

O reingresso não se aplica a cancelamento por transgressão disciplinar, por matrícula condicional e por cancelamento que ocorrer no primeiro período letivo. O deferimento do reingresso está condicionado à existência de vaga e à adaptação curricular necessária, quando for o caso. Em caso de reingresso o discente deverá realizar as adaptações curriculares necessárias indicadas pela Coordenadoria do Curso.

4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

4.1 Metodologia

As disciplinas obrigatórias do curso serão oferecidas em aulas quinzenais sextas e sábados, podendo ser ofertadas em alguns períodos de modo semanal, caso haja finais de semana com recesso devido aos feriados, perfazendo uma carga horária total de 420 horas (390h/a + 30h trabalho de conclusão). Todas as disciplinas contém 20% (vinte por cento) da carga horária com atividades a distância (EaD), utilizando para isso o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

As práticas pedagógicas buscarão o desenvolvimento de competências por meio da

aprendizagem ativa do aluno, com a construção dos seus conhecimentos, utilizando as metodologias:

- a) aulas expositivas dialógicas;
- b) seminários;
- c) elaboração e apresentação de trabalhos em grupos;
- d) pesquisa na internet;
- e) projetos;
- f) participação em eventos tais como seminários, encontros, bancas e afins;
- g) estudo de caso;
- h) estudo dirigido;
- i) utilização fóruns de discussão, chats, vídeos, postagens de tarefas, dentre outros recursos, em ambiente virtual de aprendizagem (AVA);
- j) outras metodologias que ser fizerem necessárias à critério do bom êxito do processo de ensino e aprendizagem.

Considerando o princípio da pesquisa inerente ao curso, 03 (três) unidades curriculares – Metodologia de Pesquisa I, Metodologia de Pesquisa II e Seminário -, serão um espaço destinado à sistematização de pressupostos teórico-metodológicos voltados para a pesquisa, visando à construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Como o referido trabalho será focado na intervenção didático-pedagógica, neste componente curricular serão propiciadas vivências da prática pedagógica numa perspectiva integradora do conhecimento.

O atendimento ao discente pelo docente poderá ser realizado a distância através de ambientes virtuais institucionalizados e, na forma presencial, em horários disponibilizados previamente por cada docente.

4.2 Matriz Curricular

Unidade Curricular		CH Teórica e Prática	CH EaD	CH Total
Módulo I				
01	Metodologia da pesquisa I	48	12	60
02	Metodologias Ativas	36	09	45
03	História da Educação Brasileira	36	09	45
Módulo II				
04	Metodologia da Pesquisa II	36	09	45

05	Ensino e Aprendizagem	48	12	60
06	Pesquisa e Prática Pedagógica I	24	06	30
Módulo III				
07	Seminário	12	03	15
08	Pesquisa e Prática Pedagógica II	24	06	30
Eixo1 – Optativas				
09	Práticas em Matemática	24	06	30
10	Educação Ambiental	24	06	30
11	Formação para a Diversidade e Direitos Humanos	24	06	30
Eixo 2 – Optativas				
12	Múltiplas Linguagens como Práticas Pedagógicas	24	06	30
13	Educação, Saúde e Qualidade de Vida	24	06	30
14	Educação Especial Inclusiva	24	06	30
Módulo IV				
15	Trabalho de Conclusão de Curso	24	06	30
Total		336	84	420

O curso de Especialização em Pesquisa e Prática Pedagógica está dividido em 4 (quatro) módulos. No Módulo I, o estudante cursará de maneira obrigatória as unidades curriculares 1, 2 e 3. No Módulo II o estudante cursará – também de modo obrigatório –, as unidades curriculares 4, 5 e 6. Ao chegar no Módulo III, o estudante cursará as unidades curriculares 7 e 8 como obrigatórias e mais duas unidades curriculares optativas.

Estas unidades curriculares consideradas optativas se dividem em dois grupos ou eixos. O Eixo 1 é composto pelas unidades 09, 10 e 11 e o Eixo 2 é composto pelas unidades 12, 13 e 14. A disposição destas unidades curriculares visa atender as áreas de pesquisa do curso. No momento da seleção das unidades optativas – final do Módulo II –, os estudantes deverão escolher somente 01 (uma) unidade curricular disposta em cada eixo. Por fim, no Módulo IV os estudantes cursarão a unidade curricular 15.

1

2 4.3 Componentes curriculares

Unidade Curricular: Metodologia da Pesquisa I	CH*: 60	Trimestre: 1
Objetivos:		
<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir a elaboração do projeto de pesquisa a ser desenvolvido ao longo do curso; • Definir o problema de pesquisa no âmbito de uma determinada linha de pesquisa; • Definir objetivos gerais e específicos; • Articular problema de pesquisa, objetivos de pesquisa e bases teórico-epistemológicas; 		

- Desenvolver plano de trabalho para elaboração de artigo científico;
- Desenvolver técnicas para a redação e estruturação de textos científicos, com ênfase no fichamento, resumo, resenha, artigo.

Conteúdos:

- Definição de pesquisa;
- Pesquisa Aplicada;
- Plano de trabalho para desenvolvimento de pesquisa;
- Articulação entre pesquisa e prática docente;
- Tópicos de leitura e produção textual acadêmica.

Metodologia de Abordagem:

A abordagem teórica do conteúdo se dará por meio de aulas expositivas e dialogadas. O conteúdo poderá ser explorado também, de maneira prática, por meio de seminário, atividades em sala de aula, atividades extraclasse, pesquisas, avaliações individuais ou em grupo que colaborem para a aprendizagem do discente e expressem o seu progresso ao final de cada módulo. O material de apoio da unidade curricular será disponibilizado via Ambiente Virtual de Aprendizagem e biblioteca. Referente a carga horária a distância, as atividades serão aplicadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional, acompanhadas de instruções, materiais de apoio (textos e/ou audiovisuais) e meios de interação (fórum, webconferência e/ou chat), que serão especificadas no plano de ensino, bem como a forma de registro de presença nas aulas EaD. As dúvidas serão sanadas por meio do AVA e e-mail institucional.

Bibliografia Básica:

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz.** 18. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

CASTRO, Claudio de Moura. **Como redigir e apresentar um trabalho científico.** São Paulo: Pearson, 2011.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio Paulo F. de. **Projeto de pesquisa: o que é? Como fazer?: um guia para sua elaboração.** São Paulo: Olho d'Água, 2010.

Bibliografia Complementar:

ALAMI, Sophie. **Os métodos qualitativos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CÁS, D. D. **Manual teórico-prático para elaboração metodológica de trabalhos acadêmicos.** São Paulo: Ensino Profissional, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MOREIRA, Marco A. **Metodologias de pesquisa em ensino.** Porto Alegre: Liv. da Física, 2011.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica.** 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 43. ed. Petrópolis, RJ:

Vozes, 2015.

TOZONI-REIS, M. F. de C. **A pesquisa e a produção de conhecimentos**. Botucatu, SP: UNESP, [201-?].

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Metodologias Ativas	CH*: 45	Trimestre: 1
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e discutir as principais tendências na educação mediada pelas tecnologias digitais; • Refletir criticamente sobre o uso da tecnologia na educação. 		
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos de metodologia ativa; • Recursos digitais na educação (Vídeos, Tecnologias móveis, realidade virtual, objetos de aprendizagem, softwares); • Multimodalidade; • Gamificação; • Metodologia de projetos; • Ensino Híbrido; • Educação a Distância. 		
<p>Metodologia de Abordagem:</p> <p>As aulas presenciais serão expositivas e dialogadas com discussões, reflexões e execução de atividades. Nessas aulas haverá atividades práticas, como seminários e produção de materiais para o uso da tecnologia em sala de aula. Os estudantes terão acesso ao conhecimento através de material elaborado pelos professores, livros, artigos, além de outras fontes. Poderão ser realizados trabalhos de pesquisa de forma a aprofundar os conhecimentos adquiridos durante as aulas. As atividades à distância (EaD) ocorrerão mediadas por sistema institucional e contarão com fóruns e debates online acerca de temas da unidade curricular. Como recursos didáticos serão utilizados material elaborado pelo professor, quadro, caneta, apagador, projetor multimídia, laboratório de informática, sistema institucional (com fórum, chat, entre outras ferramentas) e outros recursos que o professor julgar necessário para o bom funcionamento do ensino. Os estudantes serão avaliados quanto à sua participação nos debates (presenciais e online) e a entrega de atividades solicitadas pelo professor. Haverá recuperação paralela dos conteúdos durante as aulas e no atendimento aos alunos em período a combinar.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: ed. 34, 1993.</p> <p>SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). Coleção mídias contemporâneas: convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens. Ponta Grossa: PROEX/UEPG, 2015. v. 2. Disponível em: http://www.youblisher.com/p/1121724-Colecao-Midias-Contemporaneas-Convergencias-Midiaticas-Educacao-e-</p>		

Cidadaniaaproximacoes-jovens-Volume-II/. Acesso em: 04 jun. 2018.

Bibliografia Complementar:

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BELLONI, M. L. **O que é mídia-educação**. São Paulo: Campinas, 2001.

COSCARELLI, Carla Viana. **Tecnologias para aprender**. São Paulo: Parábola, 2016.

FADEL, Luciane Maria; ULBRICHT, Vania Ribas; BATISTA, Claudia; VANZIN, Tarcísio. **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/gamificacao-na-educacao>. Acesso em: 02 jul. 2020.

LITWIN, E. **Educação a distância: temas para debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

PRADO, M.E.B.B. **Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações**. Brasília: Secretaria de Educação a Distância – SEED, Ministério da Educação, 2003. (Boletim o Salto para o Futuro; Tecnologia e Currículo). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/1sf.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação crítica: incerteza, matemática, responsabilidade**. São Paulo: Cortez, 2007.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: História da Educação Brasileira	CH*: 45	Trimestre: 1
Objetivos:		
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre conceitos e metodologias que problematizem os desafios educacionais. Compreender historicamente as relações estabelecidas entre Estado, Cultura e Educação; • Refletir sobre as transformações históricas que culminaram na elaboração de um sistema de ensino público nacional e analisar os aspectos que deram origem às “diretrizes e bases da educação nacional”; • Discutir os fundamentos da legislação contemporânea para a área da educação. 		
Conteúdos:		
<ul style="list-style-type: none"> • Conceito(s) de História e Educação; • A História da Educação Brasileira contemporânea; • Política educacional: conceito e origem na relação Estado-Sociedade-Educação; • Sujeitos e práticas da educação; • Territórios escolares: entre a margem social, a universalização do ensino e a cidadania; • Educação e autoritarismo no Brasil. 		
Metodologia de Abordagem:		
Aulas expositivas e dialogadas a partir de textos da bibliografia básica e/ou		

complementar. Reflexões a partir de seminários, painéis temáticos e escrita coletiva. As vivências e experiências também são materiais de abordagem e reflexão crítica acerca dos conceitos, teorias e contextos históricos educacionais específicos. As atividades EaD são realizadas no ambiente AVA institucional, numa carga horária 9h. Essa carga servirá para realização de um seminário on-line (6h) e atividade de escrita coletiva (3h). A avaliação será contínua, a partir do desenvolvimento de cada estudante nos momentos compartilhados presencialmente e virtualmente.

Bibliografia Básica:

FREIRE, P. **Política e educação**. Indaiatuba: Villa das Letras, 2007.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (org.). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 1998.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e Memórias da educação no Brasil**, vol III: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar:

MARIN, Alda Junqueira. A produção da desigualdade na escolarização: aspectos da vida contemporânea e o trabalho pedagógico. **Educação**, v. 37, n. 1, p. 72-78, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/15007/10927>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.
SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Metodologia de Pesquisa II	CH*: 45	Trimestre: 2
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejar, elaborar e apresentar projeto de qualificação inserido na perspectiva da Pesquisa Aplicada; • Abordar os tipos de pesquisa, considerando sua natureza, abordagem, seus objetivos e procedimentos; • Explorar a Pesquisa Aplicada e suas características no âmbito do projeto de pesquisa para a qualificação; • Promover a escrita do projeto de pesquisa por meio de aulas práticas em laboratório com auxílio dos professores da UC; • Preparar os estudantes para a apresentação oral da qualificação dos projetos de pesquisa. 		
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto de pesquisa aplicada para qualificação; • Classificação dos tipos de pesquisa para a escrita do projeto; • Articulação entre problema de pesquisa, objetivos, justificativa, metodologia de pesquisa e referencial teórico; 		

- Apresentação oral para a qualificação do projeto.

Metodologia de Abordagem:

A abordagem dos conteúdos é caracterizada por aulas expositivas e dialogadas. O conteúdo teórico da unidade curricular é desenvolvido nas salas de aula do câmpus Gaspar, totalizando 28 horas. O conteúdo prático (8 horas) tem como base a escrita do projeto de pesquisa para qualificação, dentro da perspectiva Aplicada, realizado individualmente pelo(a) estudante nos laboratórios de informática com auxílio do(as) docente(s) da UC. A UC possui 20% de sua carga horária (9 horas) na modalidade de Educação a Distância (EaD). Tais atividades poderão ser realizadas nos formatos de videoconferências, vídeoaulas postadas nas plataformas oficiais da instituição, com posterior discussão via videoconferência, debates online de temas definidos previamente pelo(a) docente, fóruns para dúvidas, entre outros. Cabe ressaltar que a definição dos recursos a serem utilizados se dará pelos(as) docentes, levando em consideração as características da turma, bem como a disponibilidade de acesso à internet e domínio de informática dos(das) estudantes.

Bibliografia Básica:

FIGUEIREDO, A. M. de; SOUZA, S. R. C. de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses:** da redação científica ao texto final. 4. ed. Rio de Janeiro. Lumen Juris: 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, F. S. da. Metodologia científica e da pesquisa aplicada. *In:* GUERRA, R. A. T. da. *et al.* **Cadernos CB Virtual 2**, João Pessoa: Ed. Universitária, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALAMIS, S.; DESJEUX, D.; GARABUAU-MOUSSAOUI, I. **Os métodos qualitativos.** Petrópolis: Vozes, 2010.

ALMEIDA, A. A. B. de.; LEITE, L. B. **Manual de metodologia da pesquisa aplicada à educação.** Porto Feliz: Faculdade de Porto Feliz, 2016.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

RAMOS, M. C. L. **Seminário de pesquisa e intervenção II.** Florianópolis: Departamento de Educação a Distância - EaD – IFSC, 2004.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Ensino e Aprendizagem	CH*: 60	Trimestre: 2
Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> • Compreender o processo de ensino e aprendizagem e refletir sobre ele a partir de uma perspectiva sócio-histórica; • Pensar uma prática pedagógica comprometida com o protagonismo dos sujeitos nela 		

envolvidos – alunos e professores – no processo de ensino e aprendizagem e seu diálogo constante com o conhecimento;

- Compreender as principais correntes pedagógicas que assinalam o contexto da educação brasileira e refletir sobre suas implicações na escola contemporânea;
- Refletir sobre as contribuições das diferentes teorias de aprendizagem associadas a tais correntes pedagógicas, principalmente sobre aquelas que têm maior repercussão nos estudos contemporâneos sobre ensino e aprendizagem e que dialogam mais intensamente com a pedagogia histórico-crítica.

Conteúdos:

- A invenção da escola e o processo de escolarização do sujeito;
- O aluno como sujeito sócio-histórico (sócio-historicidade e cognição);
- O professor como sujeito sócio-histórico (a profissão professor, os mitos em torno da educação, a eterna incompletude do sujeito);
- O professor-pesquisador;
- Correntes pedagógicas na educação brasileiras;
- Teorias de aprendizagem – das teorias cognitivistas às teorias contemporâneas.

Metodologia de Abordagem:

Serão utilizados como procedimentos metodológicos: rodas de conversa, aulas expositivas e dialogadas, seminários, construção de infográficos e mapa conceitual. Os estudantes terão acesso ao conhecimento através de material elaborado pelos professores, livros, artigos, além de outras fontes. Poderão ser realizados trabalhos de pesquisa de forma a aprofundar os conhecimentos adquiridos durante as aulas. As atividades à distância (EaD) ocorrerão mediadas pelo sistema institucional e contarão com fóruns e debates online acerca de temas da unidade curricular. Os estudantes serão avaliados quanto à sua participação nos debates (presenciais e online) e a entrega de atividades solicitadas pelo professor. Haverá recuperação paralela dos conteúdos durante as aulas e no atendimento aos alunos em período a combinar.

Bibliografia Básica:

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

OSTERMANN, F.; CAVALCANTI, C. J. de H. **Teorias de aprendizagem**. Porto Alegre: Evangraf, UFRGS, 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/sead/servicos-ead/publicacoes-1/pdf/Teorias_de_Aprendizagem.pdf. Acesso em: 30 maio 2018.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

Bibliografia Complementar:

LUCKESI, C. C. **Equívocos teóricos na prática educativa**. [S.l.]: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, 1983. (Estudos e Pesquisas, 27).

QUEIROZ, C.; MOITA, F. **As tendências pedagógicas e seus pressupostos**. Campina Grande: UEPB /UFRN, 2007. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/fundamentos_socio_filosoficos_da_educacao/Fasciculo_09.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

SCHÖN, D. A. **The reflective practioner**. New York: Basic Books, 1983.

NÓVOA, A. (coord.). **Profissão professor**. Lisboa: Porto Editora, 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, R. V. dos. Abordagens do processo de ensino e aprendizagem. **Integração**, v. 11, n. 40, p. 19-31, jan./fev./maio. 2005. Disponível em: https://social.stoa.usp.br/articles/0034/1812/abordagens_de_processo_de_ensino_e_aprendizagem.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Pesquisa e Prática Pedagógica I	CH*: 30	Trimestre: 2
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a investigação crítica e interdisciplinar no campo teórico e prático do educador; • Utilizar a prática da pesquisa como recurso didático-metodológico na perspectiva da aproximação entre ensino e pesquisa; • Identificar os parâmetros teóricos que representam uma prática curricular articuladora de saberes; • Despertar a pedagogia da pesquisa aplicada como instrumento de mediação para a formação integral humana no campo da práxis. 		
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa na prática pedagógica; • Prática docente e pesquisa aplicada; • Aprendizagem Mediada; • Práticas curriculares e docência. 		
<p>Metodologia de Abordagem:</p> <p>Os conteúdos e atividades são organizados de acordo com as competências e objetivos previstos para a unidade curricular em questão. A abordagem teórica do conteúdo se dará por meio de aulas expositivas e dialogadas. O conteúdo poderá ser explorado também, de maneira prática, por meio de seminários, estudos de caso, pesquisas, trabalhos em sala, filmes e avaliações individuais ou em grupo contempladas por um conjunto de ações de forma sistemática, processual, integral. A unidade curricular também será composta de 20% da carga horária de Ensino a Distância (EAD). As atividades de ensino serão desenvolvidas por meio do ambiente virtual de aprendizagem pela plataforma SIGAA. Os conteúdos e as atividades serão publicados nos tópicos das aulas de acordo com as datas que constam no planejamento da unidade curricular. As dúvidas serão sanadas pelo professor da UC, por meio do correio eletrônico do ambiente virtual de aprendizagem. Para a organização e interação no processo de ensino e aprendizagem poderão ser utilizados fóruns, chats, atividades de entregas e/ou webconferência. Os materiais de apoio poderão ser livros e artigos digitalizados, videoaulas, documentários, e demais textos ou atividades.</p>		

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, Marli (org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 1. ed., Campinas: Papyrus, 2001.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

FRANCO, Maria Amélia. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria Cristina Borges. **Práticas pedagógicas e elementos articuladores**. 1. ed. Curitiba: Universidade Tuiuti, 2016. Disponível em: https://utp.br/wp-content/uploads/2019/08/miolo_livro_prat_e_elementos_2019.pdf. Acesso em: maio 2020.

Bibliografia Complementar:

FEUERSTEIN, R.; FEUERSTEIN, R. S.; FALIK, L. H. **Além da inteligência**: aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro. Petrópolis: Vozes, 2014.

GILBERTO, Irene Jeanete Lemos; FRANCO, Maria Amélia Santoro. A prática docente e a construção dos saberes pedagógicos. **Revista Teias**, [S.l.], v. 12, n. 25, ago. 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24177>. Acesso em maio de 2018.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

MARTINS, Nathalia *et al.* **Concepção docente**: a prática pedagógica em questão. 1. ed. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%20-%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminar%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/CONCEPCAO%20DOCENTE%20A%20PRATICA%20PEDAGOGICA%20EM%20QUESTAO.pdf>. Acesso em: maio de 2018.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERDUM, Priscila. Prática pedagógica: O que é? O que envolve?. **Revista Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 4, n.1, jul. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/viewFile/14376/9703>. Acesso em: maio de 2018.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Seminário	CH*: 15	Trimestre: 3
--------------------------------------	--------------------	-------------------------

Objetivos:

- Implementar as etapas do projeto de pesquisa em curso pelos estudantes;
- Iniciar a análise dos resultados das pesquisas obtidas pelos estudantes a partir das suas coleta de dados;
- Compartilhar informações relativas ao desenvolvimento da pesquisa em desenvolvimento;
- Produzir informações a partir dos resultados das pesquisas em andamento para comporem o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Conteúdos:

- Desenvolvimento de um projeto de pesquisa aplicada;
- Sistematização de dados de pesquisa;
- Análise e interpretação de dados de pesquisa.

Metodologia de Abordagem:

As práticas didático-metodológicas nesta unidade curricular buscam o desenvolvimento de competências por meio da aprendizagem ativa do estudante através das seguintes atividades: exposição oral e dialogada de conceitos fundamentais sobre pesquisa, fóruns e seminários de discussão em sala de aula, estudos individuais e em grupo, relato das experiências de pesquisa em andamento. As pesquisas produzidas são apreciadas de maneira coletiva pela turma e pelo docente. Buscar-se o diálogo com outras unidades curriculares do curso e a reflexão crítica sobre os aspectos teórico-metodológicos dos projetos em desenvolvimento. A carga horária em EaD é desenvolvida com interações entre professor e estudantes nos ambientes virtuais de ensino-aprendizagem (AVA). A mediação pedagógica ocorre por intermédio de ferramentas de interação, tais como: chat, fórum, correio eletrônico, salas virtuais, estudos dirigidos, etc. A avaliação e recuperação do ensino e aprendizagem do estudante no componente curricular, é entendida enquanto um processo contínuo que auxilia tanto o estudante no alcance dos objetivos propostos na unidade curricular, quanto o docente na reelaboração de sua postura didática frente ao desenvolvimento do estudante. As avaliações priorizam tanto aspectos qualitativos quanto os quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização dos seminários, o cumprimento de tarefas, a observação do desempenho dos estudantes, apresentações em grupos, entre outros. O atendimento ao estudante será feito em horário à combinar.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Magda França Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar:

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

JACOBINI, M. L. de P. **Metodologia do trabalho acadêmico**. 4. ed. Campinas, SP: Alínea, 2011.

LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. De; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em ação**. 21. ed. São Paulo: Summus, 1992.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

ZABALA, A. **A prática educativa**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Pesquisa e Prática Pedagógica II	CH*: 30	Trimestre: 3
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a prática pedagógica como espaço de criação, crítica e reflexão; • Identificar a prática pedagógica presente durante o processo de pesquisa; • Desenvolver o processo crítico e reflexivo durante a pesquisa aplicada. 		
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Professor-pesquisador: A prática pedagógica como espaço de pesquisa e de autoconhecimento; • Professor-reflexivo: pensar criticamente sobre a prática e sua formação; • Formas de avaliação e autoavaliação: possibilidades de criação, análise e reflexão. 		
<p>Metodologia de Abordagem:</p> <p>A abordagem teórica do conteúdo se dará por meio de aulas expositivas e dialogadas. O conteúdo poderá ser explorado também, de maneira prática, por meio de diário da pesquisa e da prática pedagógica, de seminários, atividades em sala de aula ou extraclasse, pesquisas, avaliações individuais ou em grupo que colaborem para a aprendizagem do discente e expressem o seu progresso ao final de cada módulo. O material de apoio da unidade curricular será disponibilizado via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e biblioteca. Referente a carga horária a distância (EaD), as atividades serão aplicadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional, acompanhadas de instruções, materiais de apoio (textos e/ou audiovisuais) e meios de interação (fórum, webconferência e/ou chat), que serão especificadas no plano de ensino. A avaliação será processual e continuada.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sergio Ribeiro da Costa. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. Anuário de Pesquisa GVPesquisa, [S.l.], nov. 2017. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/view/72796. Acesso em: 01 jul. 2020.</p> <p>GERALDI, C. <i>et al.</i> (org.). Cartografias do trabalho docente: professor(a) – pesquisador(a). Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.</p> <p>PIMENTA, I. (org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.</p> <p>PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p>		

ANDRÉ, M. E. (org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte, educação e cultura**. [S.l.], [2012]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000079.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em projetos**: educação diferenciada para o século XXI. tradução Fernando de Siqueira Rodrigues. Porto Alegre: Penso, 2014.

CANETE, Lilian Sipoli Carneiro. 2010. **O diário de bordo como instrumento de reflexão crítica da prática do professor**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8CSKSG>. Acesso em: 24 maio 2020

CAMPOS, Edson Nascimento *et al.* **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DAVID, Célia Maria (org.) *et al.* **Desafios contemporâneos da educação**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zt9xy>. Acesso em: 19 jun. 2020.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

LÜDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 77-96, abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v22n74/a06v2274.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. Diário de aula como instrumento metodológico da prática educativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 8, n. 27, p. 111-126. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n27/n27a08.pdf>. Acesso em: 24 maio 2020.

PIMENTA, S. G. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, set./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300013. Acesso em: 05 jun. 2018.

PORLÁN, R.; MARTIN, J. **El diário del profesor**: um recurso para la investigación en el aula. Sevilla: Díada, 1997. Disponível em: <https://profesorailianartiles.files.wordpress.com/2013/03/diario-del-maestro.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

ZABALZA, M. A. **Diários de aula**: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2008.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Práticas em Matemática	CH*: 30	Trimestre: 3
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e discutir as principais tendências na área de educação matemática, como etnomatemática, modelagem, tecnologias, resolução de problemas; • Discutir processos de ensino e aprendizagem em uma perspectiva dialética; • Fundamentar a prática pedagógica de acordo com as tendências na área de educação Matemática; 		

- Promover a interdisciplinaridade pautada nas tendências de Educação Matemática;
- Considerar o ambiente de sala de aula como escopo para pesquisa docente, bem como reflexão contínua da prática pedagógica.

Conteúdos:

- Acessar os principais periódicos de Educação Matemática;
- Apontar os principais aspectos das Tendências em Educação Matemática;
- Alinhar práticas pedagógicas com diferentes autores da literatura;
- Relacionar conteúdos matemáticos com diversas áreas do conhecimento;
- Explorar processos de ensino em uma perspectiva dialética;
- Professor-pesquisador: reflexões sobre a prática e sua formação.

Metodologia de Abordagem:

As aulas presenciais serão expositivas e dialogadas com discussões, reflexões e execução de atividades. Os estudantes terão acesso ao conhecimento através de material elaborado pelos professores, livros, artigos, além de outras fontes. Poderão ser realizados trabalhos de pesquisa de forma a aprofundar os conhecimentos adquiridos durante as aulas. As atividades à distância (EaD) ocorrerão mediadas pelo sistema institucional e contarão com fóruns e debates online acerca de temas da unidade curricular. Como recursos didáticos serão utilizados material elaborado pelo professor, quadro, caneta, apagador, projetor multimídia, laboratório de informática, sistema institucional (com fórum, chat, entre outras ferramentas) e outros recursos que o professor julgar necessário para o bom funcionamento do ensino. Os estudantes serão avaliados quanto à sua participação nos debates (presenciais e online) e a entrega de atividades solicitadas pelo professor. Haverá recuperação paralela dos conteúdos durante as aulas e no atendimento aos estudantes em período a combinar.

Bibliografia Básica:

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sérgio. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MARANHÃO, Cristina (org). **Educação matemática: nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio: pesquisas e perspectivas**. São Paulo: Musa, 2009.

PONTE, João Pedro da; BROCARD, Joana; OLIVEIRA, Hélia. **Investigações matemáticas na sala de aula**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Bibliografia Complementar:

BORBA, M. C.; SCUCUGLIA, R. R. S.; GADANIDIS, G. **Fases das tecnologias digitais em educação matemática: sala de aula e internet em movimento**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA EM REVISTA. Brasília: SBEM, 1994-. ISSN online: 2317-904X. Disponível em: <http://www.sbem.com.br/revista/index.php/emr/issue/view/74/showToc>. Acesso em: 05 jun. 2018.

MEYER, João Frederico da Costa; CALDEIRA, Ademir Donizetti; MALHEIROS, Ana Paula dos Santos. **Modelagem e educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

NACARATO, Adair Mendes; MENGALI, Brenda Leme da Silva; PASSOS, Cámen Lúcia Brancaglioni. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação crítica: incerteza, matemática, responsabilidade**. São Paulo: Cortez, 2007.

ZALESKI FILHO, Dirceu. **Matemática e arte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Educação Ambiental	CH*: 30	Trimestre: 3
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar e discutir concepções teóricas sobre educação ambiental e sustentabilidade; • Construir projetos contextualizados articulando conhecimentos científicos, técnicos e culturais, os quais que promovam transformações individuais e coletiva; • Identificar possibilidades de inserção de temáticas ambientais nas práticas pedagógicas de forma transversal e interdisciplinar. 		
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação, meio ambiente e sociedade; • Histórico, conceito e princípios de educação ambiental; • Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a escola; • Documentos legais relacionados à educação ambiental curricular; • Pesquisa Aplicada em educação ambiental; • Metodologias educacionais aplicadas em educação ambiental. 		
<p>Metodologia de Abordagem:</p> <p>A metodologia abrangerá práticas que busquem o desenvolvimento de competências por meio da aprendizagem do estudante, buscando envolvê-lo ativamente em cada prática através das atividades de: leituras, seminários, oficinas, dinâmicas, saídas a campo, construção de propostas, e, os estudos dirigidos em ambiente virtual (AVA) que atendam os 20% de carga horária a distância (EaD). A avaliação de aprendizagem será composta por atividades individuais e em grupo relacionadas aos objetivos e conteúdos propostos.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>TELLES, Marcelo de Queiroz; ROCHA, Mário Borges da; PEDROSO, Mylene Lyra; MACHADO, Sílvia Maria de Campos. Vivências integradas com o meio ambiente. São Paulo: Sá Editora, 2002.</p> <p>PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (ed.). Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005. (Coleção Ambiental, 3).</p> <p>PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org.). Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União,</p>		

Brasília, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 05 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 15 jun. 2012. Disponível em: <http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.186, de 11 de novembro de 2015. Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 nov. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13186.htm. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): etapa ensino médio**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>. Acesso em: 25 jun. 2020.

Bibliografia Complementar:

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

PEREIRA, Adriana Camargo Pereira; SILVA, Gibson Zucca da; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2011.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Formação para a Diversidade e Direitos Humanos	CH*: 30	Trimestre: 3
Objetivos:		
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os direitos humanos no Estado Democrático de Direito, com foco na busca de sua efetivação frente à diversidade e à pluralidade; • Refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem em relação à educação em direitos humanos, diversidade de cidadania, e do trabalho pedagógico; • Analisar a educação em direitos humanos como processo histórico e práticas pedagógicas que contribuam para uma cultura de respeito à diversidade e diferença. 		
Conteúdos*:		
<ul style="list-style-type: none"> • Contextualização histórica dos direitos humanos na contemporaneidade; • O direito à diferença, diversidade e direitos humanos; • Democracia, sociedade da informação e os direitos humanos. <p>* Por serem os Direitos Humanos uma temática abrangente e considerando a disponibilidade de carga horária e organização curricular do curso, os conteúdos serão abordados a partir do prisma dos seguintes tópicos: a)relações étnico-raciais e b)questões de gênero e sexualidade.</p>		
Metodologia de Abordagem:		

Aulas expositivas, dialogadas e reflexões a partir de seminários, painéis temáticos e escrita coletiva de textos. As vivências e experiências também são materiais de abordagem e reflexão crítica acerca dos conceitos, teorias e contextos históricos educacionais específicos. As atividades EaD são realizadas no ambiente AVA institucional, numa carga horária de 6h. Essa carga servirá para realização de um seminário on-line (4h) e atividade de escrita coletiva (2h). A avaliação ocorre de maneira contínua, a partir do desenvolvimento de cada estudante nos momentos/atividades compartilhadas presencialmente e virtualmente.

Bibliografia Básica:

CANAU, V. M. F. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Editora Autores Associados, 2008.

CANAU, V. M. F.; SACAVINO, S. B. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013.

FERRETTI, C.; MACHADO, P. C.; MORAIS, C. D. de (Orgs.). **Princípios educativos na perspectiva da diferença**. Florianópolis: IFSC, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília, Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, 2013.

CANAU, V. M. F. **Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos**. Campinas: Educação Social, 2012.

DINIS, Nilson Fernandes. **EDUCAÇÃO, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL. Educação Social**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

FERNANDES, A. V. M.; PALUDETTO, M. C. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira ; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; SALES, Sandra Regina (Orgs). **Educação e relações étnico-raciais: entre diálogos contemporâneos e políticas públicas**. Petrópolis, RJ : De Petrus et Alii ; Brasília, DF: CAPES, 2014.

MIDDELTON-MOZ, J.; ZAWADSKI, M. L. **Bullying: estratégias de sobrevivência para crianças e adultos**. Porto Alegre, Artmed, 2007.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; RÉGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida de. (Orgs). **Educação das relações étnico-raciais: o estado da arte**. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018.

SIVIERO, I.; CARBONARI M. **Democracia e educação em direitos humanos na América Latina**. Passo Fundo: REP - Revista Espaço Pedagógico, 2012.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Múltiplas Linguagens como Práticas Pedagógicas	CH*: 30	Trimestre: 3
Objetivos:		

- Identificar as múltiplas linguagens como ferramenta para o processo de aprendizagem em interlocução interdisciplinar;
- Reconhecer as múltiplas linguagens como estratégia de ensino e aprendizagem;
- Desenvolver ferramentas de pesquisa e inovação, metodologia e avaliação na prática docente de forma integrada com as diversas linguagens.

Conteúdos:

- Múltiplas linguagens artísticas, sensoriais e corporais, verbais e não-verbais como prática pedagógica;
- Interlocução interdisciplinar: possibilidades de experimentação, percepção, criação, pesquisa e inovação, análise e reflexão da prática pedagógica por meio das múltiplas linguagens;
- Jogos, brincadeiras e educação: criação de recurso pedagógico no contexto escolar.

Metodologia de Abordagem:

A abordagem teórica do conteúdo se dará por meio de aulas expositivas e dialogadas. O conteúdo poderá ser explorado também, de maneira prática, por meio de seminários, produções verbais e não-verbais, práticas artísticas, sensoriais e corporais, atividades em sala de aula, laboratório de criação e práticas artísticas, sala de dança e auditório, atividades extraclasse, pesquisas, avaliações individuais ou em grupo que colaborem para a aprendizagem do discente e expressem o seu progresso ao final de cada módulo. O material de apoio da unidade curricular será disponibilizado via Ambiente Virtual de Aprendizagem e biblioteca. Referente a carga horária a distância, as atividades serão aplicadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional, acompanhadas de instruções, materiais de apoio (textos e/ou audiovisuais) e meios de interação (fórum, webconferência e/ou chat), que serão especificadas no plano de ensino, bem como a forma de registro de presença nas aulas EaD. As dúvidas serão sanadas por meio do AVA e e-mail institucional.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, E. N. *et al.* **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MURCIA, Juan Antonio Moreno (org.). **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

TEIXEIRA, Renato Araújo (org.). **Dialogar é preciso**: estudos e experiências interdisciplinares na escola. Natal: Editora do IFRN, 2016.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos; AMARAL, Lilian. **Interterritorialidade**: mídias, contextos e educação. São Paulo: Ed. SENAC; Ed. SESC, 2008.

BOAL, A. **Jogos para atores e não-atores**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do**

conhecimento. 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

NOVELLY, Maria C. **Jogos teatrais**: exercícios para grupos e sala de aula. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

TOMPAKOW, R.; WEIL, P. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal. Petrópolis, RJ: São Paulo: Vozes, 2014.

FERRARI, Solange dos Santos Utuari. **Encontros com a arte e cultura**. São Paulo: FTD Educação, 2012.

WOSIEN, Bernhard. **Dança**: um caminho para a totalidade. São Paulo: TRIOM, 2006.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Educação, Saúde e Qualidade de vida	CH*: 30	Trimestre: 3
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar uma concepção de educação e saúde e suas relações, possibilitando ao educador ou educadora conduzir ações que visem à melhoria da qualidade de vida pessoal e coletiva; • Enunciar os conceitos de saúde e qualidade de vida, segundo critérios da Organização Mundial da Saúde, sob a ótica socioeconômica, médica e holista; • Compreender as questões referentes à agroecologia e soberania alimentar como imprescindíveis à manutenção da saúde; • Possibilitar a compreensão do educador como agente de promoção de saúde no universo educacional; • Analisar e discutir concepções teóricas e abordagens de pesquisa no campo da educação e promoção da saúde escolar. 		
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abordagens dos conceitos de saúde e qualidade de vida; • Indicadores de saúde e qualidade de vida; • Índice de desenvolvimento humano (IDH), sua importância e limitações; • Pesquisa e prática da saúde escolar; • Programas de saúde e suas possibilidades de pesquisa e prática pedagógica; • Ética e legislação em pesquisa da saúde escolar; • Agroecologia e soberania alimentar como fundamentos da qualidade de vida • Principais programas de saúde vigentes e demandas atualizadas em saúde pública escolar. 		
<p>Metodologia de Abordagem:</p> <p>A metodologia abrangerá práticas que busquem o desenvolvimento de competências por meio da aprendizagem do estudante visando envolvê-lo ativamente em cada prática proposta: leituras, seminários, oficinas, dinâmicas, construção de propostas, e, os estudos dirigidos em ambiente virtual (AVA) que atendam os 20% de carga horária a distância (EaD). A avaliação de aprendizagem será composta por atividades individuais e em grupo relacionadas aos objetivos e conteúdos propostos.</p>		
<p>Bibliografia Básica:</p>		

CÔRREA, Leonardo (org.). **Diálogos sobre o direito humano à alimentação adequada**. Juiz de Fora, MG: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://actbr.org.br/uploads/arquivos/livro-dhaa-versc3a3o-final.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

LEITE, Maria Madalena Januário; PRADO, Cláudia; PERES, Heloisa Helena Ciqueto. **Educação em saúde: desafios para uma prática inovadora**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2010.

Bibliografia Complementar:

ASSUMPÇÃO JR, Francisco B.; KUCZYNSKI, Evelyn. **Qualidade de vida na infância e na adolescência**. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

AZEVEDO, Margarete Almeida Freitas; ROCHA, Lorena Bastos Nogueira da; MESQUITA, Denizete Lima de. **Saúde do escolar: práticas saudáveis para educadores e educandos**. Curitiba: Appris, 2019.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GUIZARDI, Francini L. *et al.* (org.). **Políticas de participação e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014.

PHILIPPI, Sonia Tucunduva; ALVARENGA, Marle; SCAGLIUSI, Fernanda Baeza. **Nutrição e transtornos alimentares: avaliação e tratamento**. Barueri: Manole, 2011.

ROCHA, Juan Stuardo Yazlle. **Manual de saúde pública e saúde coletiva no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

SILVA, Carlos dos Santos. **Saúde na escola: intersetorialidade e promoção da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. **Epidemias no Brasil: uma abordagem biológica e social**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

(*) CH – Carga horária total da unidade curricular em horas.

Unidade Curricular: Educação Especial Inclusiva	CH*: 30	Trimestre: 3
Objetivos:		
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a deficiência na perspectiva sociológica diante das concepções de normalidade, anormalidade, identidade e diferenças; • Refletir sobre a própria prática no desenvolvimento das atividades de educador para uma escola inclusiva; • Elaborar estratégias pedagógicas inclusivas utilizando o desenho universal e tecnologias assistivas. 		
Conteúdos:		
<ul style="list-style-type: none"> • A deficiência na perspectiva social; • Histórico e fundamentos legais da Educação Especial no Brasil; • Tipos de deficiências; • Estratégias de ensino e aprendizagem para estudantes com deficiência: princípios do desenho universal para a aprendizagem; 		

- Avaliação de estudantes com deficiência.

Metodologia de Abordagem:

As aulas serão expositivas e dialogadas, sendo que os conteúdos serão explorados por meio de filmes, pesquisas, estudos de caso, leituras de artigos e livros. A avaliação será formativa e processual, sendo que pode ser de forma individual ou em grupo por meio de seminários, socialização de práticas com criação de produtos educacionais e planos de aulas dentre outras formas. Além das aulas presenciais a unidade curricular será composta de 6 horas EaD com avaliações e entrega de trabalhos no ambiente virtual institucional SIGAA ou Moodle.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** [S.l.], 2007. Disponível em: http://www.museusacessiveis.com.br/arquivosDown/20190204153017_o_que_c%C2%A9_defic%C2%Aancia_-_dc%C2%A9bora_diniz.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2012.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar:** unindo esforços entre educação comum e especial. 1. ed. São Carlos, SP: EdUFSCar. 2014.

VALLE, Jan W.; CONNOR, David J. **Ressignificando a deficiência:** da abordagem social às práticas inclusivas na escola. 1. ed. Porto Alegre, RS: AMGH. 2014.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 28 Jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 Jun. 2020.

HISTÓRIA do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. [S.l.: s.n.], 2013. 1 vídeo (1h01min39seg). Publicado no canal TTS Supremo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oxscYK9Xr4M>. Acesso em: 28 Jun. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.

4.4 Atividades complementares

São atividades complementares do curso aquelas realizadas fora da matriz curricular que contribuam na formação e no aprimoramento pessoal e profissional do estudante. Estas atividades podem ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante as férias escolares, desde que respeitados os regulamentos estabelecidos neste documento.

A partir do ingresso do estudante no curso, este deverá obrigatoriamente participar e obter a comprovação por meio de declarações oficiais, certificados, publicação em anais, quando for o caso, das seguintes atividades:

a) Participação, como ouvinte, em 3 (três) eventos de cunho acadêmico, na área da educação;

b) Apresentação de 1 (um) pôster/comunicação oral ou publicação de 1 (um) resumo expandido em evento científico;

c) Participação, como ouvinte, de 2 (duas) bancas de defesa de trabalho de conclusão de curso. Esses trabalhos podem ser em nível de graduação ou pós-graduação.

São considerados eventos de cunho acadêmico: seminários, congressos, cursos, palestras, mesas redondas, simpósios, painéis, fóruns, conferências, jornadas de estudos entre outros afins na área da educação.

As atividades complementares devem ser compiladas na forma de um dossiê e entregues à Coordenadoria de Curso que se incumbirá de organizar todo o processo. O dossiê com a totalidade dos documentos seguirá para a análise de uma comissão constituída através de um Grupo de Trabalho (GT). O GT conferirá os documentos entregues conforme os requisitos que constam neste item do PPC atribuído deferimento ou indeferimento aos mesmos. O prazo para entrega desse dossiê será até o último dia do calendário das bancas de defesas, conforme estipulado pelo Colegiado do Curso.

As atividades complementares são pré-requisito para obtenção do certificado de conclusão de curso. Alunos que não realizarem e comprovarem as atividades descritas nos itens a, b e c, mesmo tendo concluído com êxito os créditos das unidades curriculares e sido aprovado na banca do Trabalho de Conclusão de Curso não terão direito ao título de especialista e ao diploma do curso.

4.5 Avaliação do Processo de Ensino Aprendizagem

O registro mínimo de nota para aprovação em uma unidade curricular é 6,0 (seis), devendo ser registradas apenas notas finais em valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez) nos diários de classe, conforme estabelecido no Regulamento Didático Pedagógico do IFSC aprovado pela Resolução do CONSUP nº 20, de 25 de junho de 2018. Além disso, é exigida frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada unidade curricular. Terão direito a realizar recuperação de estudos os estudantes com menor rendimento, cabendo aos docentes

estabelecerem estratégias de recuperação para esses estudantes no decorrer do período letivo. Além disso, terão direito a realizar uma recuperação final, na unidade curricular, os estudantes que não obtiverem a nota mínima para sua aprovação, desde que tenham frequência e/ou participação mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nessa UC.

A recuperação deve ser realizada antes do término das atividades docentes do curso e seu planejamento, aplicação e correção serão de responsabilidade do docente da unidade curricular, sob a supervisão do Coordenador do Curso. Ao final dos estudos de recuperação e da realização da avaliação, o seu resultado será registrado pelo professor, prevalecendo o maior valor entre o obtido na avaliação realizada antes da recuperação e o obtido na avaliação após a recuperação.

O estudante poderá solicitar revisão da avaliação quando discordar da correção realizada pelo professor. Nesse caso, o estudante deverá requerer a revisão da avaliação através de documento próprio e protocolar junto à Secretaria Acadêmica no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado da avaliação pelo professor, explicitando em quais questões da avaliação o aluno se sente prejudicado, com a devida justificativa.

A Coordenadoria de Curso, por sua vez, constituirá e coordenará a banca, composta de dois professores da área específica e um profissional da Coordenadoria Pedagógica, a qual revisará a avaliação e emitirá relatório justificando sua decisão. Para este caso, todo o processo de revisão da avaliação (prazos, normas e procedimentos) será efetuado conforme o Regulamento Didático Pedagógico do IFSC.

4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Especialista. Consiste na sistematização, registro e apresentação dos conhecimentos adquiridos e produzidos na pós-graduação como resultado do trabalho de investigação científica. Ele deve ser desenvolvido na modalidade artigo científico, construído de forma coesa e coerente e se estrutura pela introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise e discussão dos resultados, considerações finais, além dos elementos pré e pós-textuais). Deve ter aproximadamente entre 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) páginas, exceto o anexo e o apêndice. Deve seguir as normas do Manual de Comunicação Científica do IFSC.

O artigo contemplará os resultados de um projeto de pesquisa aplicada desenvolvido pelo estudante, individualmente, ao longo do curso e acompanhado por um professor orientador, cujos resultados serão analisados e fundamentados teoricamente visando à compreensão da problemática abordada e suas possíveis soluções. O TCC será desenvolvido sob orientação de um docente do quadro de professores vinculados ao curso.

Ao ingressar no curso, o estudante deverá indicar a linha de pesquisa a qual deseja estar vinculado e, na unidade curricular Metodologia de Pesquisa I, fará a escolha de seu professor orientador, que poderá ser do corpo docente do curso ou externo à pós-graduação, no entanto,

pertencendo ao quadro docente do IFSC. Cada professor do quadro docente da pós-graduação deverá ter, no mínimo, um (01) orientando sob sua supervisão. Caso seja necessário, e se houver anuência do professor orientador da pesquisa, o trabalho poderá ser coorientado por técnicos administrativos do quadro do câmpus ou de outra instituição, profissionais externos com conhecimento/experiência, desde que tenham vínculo com a área da pesquisa.

Ao longo da unidade curricular Metodologia de Pesquisa II, o estudante deverá apresentar seu projeto de pesquisa para qualificação, em sessão pública, com a presença de banca composta pelo professor orientador e dois professores convidados membro do corpo docente do curso, sendo possível o convite a um servidor do Câmpus Gaspar não pertencente ao quadro docente do curso, mas que tenha formação afim à área da pesquisa. Nessa ocasião, o estudante terá até 20 minutos para apresentar seu projeto de pesquisa, ao que se seguirão os pareceres dos professores convidados para composição da banca. Caso o estudante não qualifique o projeto no prazo estipulado na unidade curricular de Metodologia da Pesquisa II, ele será reprovado na unidade curricular. A banca será agendada em comum acordo entre o professor orientador e a Coordenadoria de Curso, sendo convocada pelo professor (a) orientador (a).

O TCC será acompanhado por um professor orientador e, opcionalmente, por um professor coorientador. O seu sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens: a) elaboração de um plano de trabalho para o desenvolvimento da pesquisa (Metodologia de Pesquisa I) e de um projeto de pesquisa para qualificação (Metodologia de Pesquisa II), aprovado pelo professor orientador; b) reuniões periódicas do estudante com o professor orientador; c) elaboração do artigo científico pelo estudante; d) avaliação e defesa pública do trabalho perante uma banca examinadora.

O TCC será apresentado a uma banca examinadora composta pelo professor orientador e mais dois membros, podendo ser convidado, para compor essa banca, um profissional externo, de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo. Todos os membros da banca deverão ter, minimamente, título de especialista. Essa banca ocorrerá até seis (06) meses após a integralização da carga horária total de disciplinas do curso ao longo do quatro (módulos), constituindo sessão pública de defesa do artigo científico, podendo ser realizada de forma presencial ou a distância, conforme demandas observadas na época da defesa.

Para estar habilitado a apresentar o TCC, o estudante deverá ter concluído todas as disciplinas do curso com aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis) e ter autorização do professor orientador para proceder à apresentação do trabalho. O estudante deverá entregar uma cópia do trabalho (impressa ou digital, conforme solicitado pelos avaliadores) para cada integrante da banca examinadora no prazo de 30 (trinta) a 15 (quinze) dias antes da data marcada para a apresentação junto à Coordenadoria de Curso. Cabe ao professor orientador (ou professor por ele designado em seu impedimento) convidar os demais componentes que

constituirão a banca, presidi-la e lavrar a ata de defesa.

A avaliação do TCC terá em vista os critérios de: a) apresentação oral (domínio do conteúdo, linguagem, comunicação oral, recursos utilizados e roteiro de apresentação); (recursos utilizados e roteiro de apresentação); b) escrita (linguagem escrita, adequação às normas da ABNT); c) estrutura do TCC (introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise e discussão dos resultados, considerações finais, elementos pré e pós-textuais).

Ao artigo científico será atribuída uma pontuação entre 0 (zero) e 10 (dez) e o estudante será aprovado com, no mínimo, nota 6 (seis). A conclusão do curso ficará condicionada à entrega – pelo estudante -, do texto final, em prazo de até 30 (trinta) dias caso a banca solicite alterações mediante registro na ata de defesa. Caso o estudante não alcance a nota mínima de aprovação, deverá ser reorientado com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação em até três meses após a primeira sessão de defesa.

A cópia final do artigo científico deverá obedecer aos critérios da ABNT e Manual de Comunicação Científica do IFSC. Deve ser entregue – pelo estudante -, um exemplar digital da versão final do TCC à biblioteca e a Coordenadoria de Curso, com as devidas correções adjunto aos termos de publicização e responsabilidade autoral. Cabe ao estudante, após a entrega da cópia final do TCC, protocolar junto à Secretaria Acadêmica a expedição de seu certificado.

O prazo para a apresentação do TCC poderá ser prorrogado por um prazo máximo de 6 (seis) meses, para os casos já previstos na legislação. A prorrogação de prazo deverá ser protocolada junto à Secretaria Acadêmica em formulário próprio adjunto com uma justificativa consentida pelo orientador de TCC. Todos os processos relativos às prorrogações de apresentação de TCC deverão passar pela anuência da Coordenadoria de Curso.

No ato da matrícula no curso o estudante deverá assinar Termo de Licença Gratuita de Direito de Uso do TCC, visando à cessão total da obra, em caráter definitivo, gratuito e não exclusivo, para divulgação, disponibilização, transmissão, reprodução, tradução, distribuição para circulação nacional e/ou estrangeira, transmissão ou emissão, publicação, em qualquer meio técnico existente ou que venha existir, sendo vedada qualquer utilização com finalidade lucrativa.

4.7 Atividades de EAD

Todas as unidades curriculares possuem 20% (vinte por cento) da carga horária com atividades a distância, utilizando para isso o Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional e docentes com experiência nessa modalidade.

As práticas pedagógicas, nessa modalidade, da mesma forma que a presencial, buscarão o desenvolvimento de competências por meio da aprendizagem ativa do aluno com a construção dos seus conhecimentos, através da mediação pedagógica em interações síncronas e assíncronas. Estas serão realizadas por diversos meios e ferramentas de comunicação aplicadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional, acompanhadas de instruções,

materiais de apoio (textos e/ou audiovisuais) e meios de interação (fórum, webconferência e/ou chat), que serão especificadas no plano de ensino, bem como a forma de registro de presença nas aulas EaD. As dúvidas dos estudantes serão sanadas por meio do AVA e e-mail institucional.

Os discentes poderão utilizar um dos 13 (treze) computadores disponibilizados na biblioteca para realizar suas atividades EaD e os docentes, por sua vez, poderão utilizar laboratórios de informática para facilitar o acesso ao AVA pela turma, como também a sala de vídeo e webconferência para realizar videoaulas.

A avaliação será processual, continuada e complementar à avaliação presencial, contudo, os resultados das avaliações presenciais deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância, conforme legislação vigente.

4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente

A validação de componentes curriculares poderá ocorrer para o reconhecimento de estudos realizados em outro curso de mesmo nível ou superior em que obteve êxito, no IFSC ou em outra instituição.

O requerimento de solicitação de validação será formalizado pelo aluno à Coordenadoria de Curso, no prazo estipulado até o término do primeiro módulo.

Para a aceitação da validação, o programa do componente curricular cursado deverá contemplar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do componente a ser validado. Além disso, a carga horária do componente curricular cursado deverá corresponder a no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) do componente a ser validado.

Da data do pedido até o resultado, o aluno deverá frequentar as aulas do(s) componente(s) curricular(es) em que houver solicitado a validação, podendo a Coordenadoria de Curso solicitar documentação complementar ao solicitante. No caso de deferimento, o resultado será registrado no sistema acadêmico fazendo parte dos documentos oficiais do aluno.

Para os casos em que o aluno estiver matriculado no componente curricular compete à Coordenadoria de Curso emitir parecer final do processo de validação em até 20 (vinte) dias após o término do primeiro módulo.

Para os casos em que o aluno não estiver matriculado no componente curricular o prazo para a Coordenadoria de Curso emitir o parecer final é o último dia do semestre letivo em curso. A validação poderá ser solicitada apenas para dois componentes curriculares do Módulo I e um componente curricular do Módulo II, sendo vedado validar os componentes curriculares Metodologia de Pesquisa I, Metodologia de Pesquisa II, Seminário e TCC, desde que não ultrapasse o percentual de 30% (trinta por cento) do total de horas do curso.

4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica

A realização de um curso de Pós-graduação *Lato Sensu* implica, obrigatoriamente, o envolvimento com atividades que promovam a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com a resolução CONSUP 61/2016 do IFSC, a extensão é entendida como um processo que promove uma interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade. E as atividades de extensão estão relacionadas ao compartilhamento mútuo de conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição e estendido à comunidade externa.

No caso do curso ora em apenso, essa interação dialógica está presente na própria concepção do curso, uma vez que o desenvolvimento do TCC envolve o planejamento e execução de pesquisa-ação que diga respeito ao próprio contexto de inserção do professor na educação básica. Tal iniciativa de pesquisa da prática em sala de aula também tem também caráter de extensão, uma vez que envolve o compartilhamento do conhecimento produzido e discutido nas aulas do curso para a comunidade escolar onde o aluno está inserido.

Além disso, a maneira como se organizarão as atividades complementares ao longo do curso, exige a participação dos alunos em pelo menos três eventos de cunho acadêmico na área da educação como ouvinte e a apresentação de pelo menos um trabalho científico, o que caracteriza como compartilhamento do conhecimento produzido no curso à comunidade externa. Além da participação em eventos externos, os estudantes podem organizar, em parceria com os professores do curso, um evento para discussão e socialização das atividades desenvolvidas no curso à comunidade externa.

Igualmente, a maneira como se organizarão as atividades ao longo das unidades curriculares Metodologia de Pesquisa I e II e Seminário, contribuirão para a socialização, reflexão e discussão conjunta de todas as etapas da pesquisa.

Assim, o ensino, pesquisa e extensão caminham de forma indissociável no curso, uma vez que as discussões nas unidades curriculares fomentam e embasam as pesquisas realizadas que, por sua vez, são realizadas na comunidade escolar, promovendo o compartilhamento do conhecimento produzido e uma interação dialógica com a sociedade, que traz novos elementos para a pesquisa e as discussões em sala de aula.

5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 Coordenador do Curso

Nome	Titulação		Regime de Trabalho
	Graduação	Pós-Graduação	
Fernando Mezdri Email: fernando.mezdri@ifsc.edu.br Telefone: 47 99925-9778	Licenciatura em Filosofia	Doutorado em Sociologia Política	40 DE

Portaria nº 80, de 28 de junho de 2019 (mandato de julho de 2019 a junho de 2021).

5.2 Vice-coordenador do Curso

Nome	Titulação		Regime de Trabalho
	Graduação	Pós-Graduação	
Giane Carmem de Souza Carvalho Email: giane.carvalho@ifsc.edu.br Telefone: 47 99734-2521	Licenciatura Ciências Sociais	Doutorado em Sociologia Política	40 DE

Não há portaria em vigor.

5.3 Secretário do Curso

Filipe Sautner Bernardes

Email: filipe.bernardes@ifsc.edu.br

Telefone: 47 99159-4262

5.4 Corpo Docente Interno

UNIDADE CURRICULAR	DOCENTE(S)	TITULAÇÃO/INSTITUIÇÃO			CARGA HORÁRIA
		GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO		
Metodologia da Pesquisa I	Caroline Reis Vieira Santos Rauta	Licenciatura em Língua e Literatura Vernáculas	Dr ^a em Estudos de Tradução	UFSC	30 h
	Luiz Herculano de Souza Guilherme	Licenciatura em Letras	Dr ^o em Língua Portuguesa	UFRJ	30 h
Metodologias Ativas	Vanessa Oechsler	Licenciatura em Matemática	Dr ^a em Educação Matemática	UNESP	45 h
História da Educação Brasileira	Renata Waleska de Sousa Pimenta	Licenciatura em História	Dr ^a em Educação	Unisinos	45 h
Ensino e Aprendizagem	Ana Paula Kuczmynda da Silveira	Licenciatura em Letras Português	Dr ^a em Linguística	UFSC	60 h
Metodologia da Pesquisa II	Rúbia Mara Bragagnollo	Licenciatura em Letras Português/Inglês	Dr ^a em Estudos Linguísticos	UNESP	25 h
	Watson Beck Júnior	Licenciatura em Química	Dr ^o em Química	USP	20 h
Pesquisa e Prática Pedagógica I	Giane Carmem Alves de Carvalho	Licenciatura em Ciências Sociais	Dr ^a em Sociologia Política	UFSC	15 h
	Marcio Watanabe	Licenciatura em Química	Me. em Ensino de Ciências	UFMS	15 h

Seminário	Fernando Mezdari	Licenciatura em Filosofia	Drº em Sociologia Política	UFSC	5 h
	Graciane Regina Pereira	Licenciatura em Ciências Biológicas	Drª em Engenharia Ambiental	UFSC	15 h
Pesquisa e Prática Pedagógica II	Christina Martinez Hipólito	Licenciatura em Geografia	Drª em Geografia	UFSC	15 h
	Fernanda Maria Trentini Carneiro	Licenciatura em Educação Artística	Drª em Artes Visuais	UDESC	15 h
Formação para Diversidade e Direitos Humanos	Luiz Herculano de Souza Guilherme	Licenciatura em Letras	Drº em Língua Portuguesa	UFRJ	15 h
	Renata Waleska de Sousa Pimenta	Licenciatura em História	Drª em Educação	Unisinos	15 h
Práticas em Matemática	Carlos Eduardo Vitória da Silva	Licenciatura em Matemática	Me. em Ensino de Matemática	UFG	15 h
	Vanessa Oechsler	Licenciatura em Matemática	Drª em Educação Matemática	UNESP	15 h
Educação Ambiental	Graciane Regina Pereira	Licenciatura em Ciências Biológicas	Drª em Engenharia Ambiental	UFSC	30 h
Educação, Saúde e Qualidade de Vida	Leônidas João de Mello Júnior	Licenciatura em Ciências Biológicas	Drº em Bioquímica	UFSC	30 h
Educação Especial Inclusiva	Hagar de Lara Tibúrcio de Oliveira	Graduação em Pedagogia	Ma. em Educação Profissional e Tecnológica	IFSC	30 h
Múltiplas Linguagens como Práticas Pedagógicas	Anderson da Silva Honorato	Licenciatura em Educação Física	Drº em Educação Física	UEM-UEL	10 h
	Andrea Becker Delwing	Licenciatura em Biologia	Ma. em Fitotecnia	UFRGS	10 h
	Fernanda Maria Trentini Carneiro	Licenciatura em Educação artística	Drª em Artes Visuais	UDESC	10 h
Trabalho de Conclusão de Curso	Leônidas João de Mello Júnior	Licenciatura em Ciências Biológicas	Drº em Bioquímica	UFSC	30 h

A alteração do quadro de docentes da pós-graduação poderá ser realizado a qualquer tempo mediante avaliação prévia do Colegiado do Curso que se reunirá de modo ordinário ou extraordinário. O convite para integrar o quadro de professores se estenderá à outros servidores

que fazem parte do corpo de docentes do câmpus. Estes, deverão apresentar algum grau de afinidade com a natureza do curso e com suas linhas de pesquisa, como também, aptidão para atuarem enquanto docentes em alguma das unidades curriculares que, em determinado momento necessitar ser atendida.

5.5 Corpo Docente Externo

Não se aplica

5.6 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é um órgão de caráter deliberativo e tem por objetivo garantir a transparência e democracia na tomada de decisões no âmbito do curso. Esse grupo é composto por eleição e se reúne regularmente duas vezes por semestre ou em sessões extraordinárias, nas quais são discutidos e decididos assuntos pertinentes ao curso.

O Colegiado de Curso é constituído por:

I. Coordenador do Curso;

II. 20% do total de professores do curso;

III. Um técnico-administrativo em educação;

IV. Representantes do corpo discente do curso, na proporção de um discente para quatro docentes desse Colegiado.

O Colegiado do Curso de Especialização em Pesquisa e Prática Pedagógica foi constituído a partir do ingresso da primeira turma e será regulamentado por Regimento Interno aprovado no Colegiado do IFSC – Câmpus Gaspar, tendo como base a legislação vigente. A composição do Colegiado foi realizada mediante eleição no primeiro semestre de funcionamento do curso.

Caberá ao Colegiado de Curso:

I. analisar, avaliar e propor alterações ao Projeto Pedagógico do Curso;

II. acompanhar processo de reestruturação curricular;

III. propor e/ou validar a realização de Atividades Complementares do Curso;

IV. acompanhar os processos de avaliação do Curso;

V. decidir, em primeira instância, recursos referentes à matrícula, à validação de componentes curriculares e à transferência de curso;

VI. acompanhar o cumprimento de suas decisões;

VII. propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso;

IX. exercer as demais atribuições conferidas pela legislação em vigor.

6 INFRAESTRUTURA FÍSICA

6.1 Instalações gerais e equipamentos

O Câmpus Gaspar do Instituto Federal de Santa Catarina possui atualmente 5 prédios, num total de 6 mil metros quadrados. Nestes prédios encontram-se:

Tipo	Quantia e Descrição
Sala de Aula	12 salas
Laboratórios de Informática	7 laboratórios
Biblioteca	1 biblioteca (277 metros quadrados)
Videoconferência	1 sala para 70 pessoas
Auditório	1 auditório para 171 pessoas
Sala de audiovisuais	1 sala

Além das áreas de uso acadêmico, o câmpus possui áreas administrativas, como sala do diretor, secretaria, sala de atendimento aos estudantes, sala de gestão de pessoas, três (03) salas de professores, sala de reuniões copa, setor de estágio entre outras.

Sala de professores e salas de reuniões

O câmpus possui três (03) salas de professores:

Sala	Descrição	
Sala de professores 1	Uso	Usada por professores de diversas áreas
	Mobiliário:	Mesas, cadeiras, armários e quadro branco
	Climatização:	Ar-condicionado
	Equipamentos:	Computadores
	Área/Iluminação:	70 m ² com janelas amplas e lâmpadas fluorescentes
Sala de professores 2	Uso	Usada por professores de diversas áreas
	Mobiliário:	Mesas, cadeiras, armários e quadro branco
	Climatização:	Ar-condicionado
	Equipamentos:	Computadores
	Área/Iluminação:	35 m ² com janelas amplas e lâmpadas fluorescentes
Sala de professores 3	Uso	Usada por professores de informática
	Mobiliário:	Mesas, cadeiras, armários e quadro branco
	Climatização:	Ar-condicionado
	Equipamentos:	Computadores
	Área/Iluminação:	35 m ² com janelas amplas e lâmpadas fluorescentes

Para as reuniões, o câmpus dispõe – entre outros espaços disponíveis para uso do curso de Pós-Graduação em Pesquisa e Prática Pedagógica:

a) uma sala de videoconferência com capacidade para setenta (70) lugares; Composto

por Computador, Multimídia, lousa branca, mesa e cadeiras, ar-condicionado, janelas amplas e lâmpadas fluorescentes.

b) Um laboratório denominado de Gestão e Negócios (LAB 15) com capacidade para quarenta (40) pessoas. composto por computador, Multimídia, lousa branca, mesas moduladas, ar-condicionado, janelas amplas e lâmpadas fluorescentes.

SALAS DE AULA

Quantia	Descrição	
12	Carteiras	De 35 a 40 carteiras para estudantes
	Infraestrutura:	Datashow e climatização
	Área/Iluminação:	Em torno de 60 m ² com janelas amplas e lâmpadas fluorescente

LABORATÓRIOS DE USO GERAL E ESPECIALIZADO

Dos sete (07) laboratórios de informática existentes no câmpus, três (03) são para uso exclusivo dos cursos da área de computação. Desses três (03) laboratórios, um é voltado para disciplinas de configuração e manutenção de hardware, redes e sistemas operacionais. Os outros quatro (04) laboratórios são para as demais disciplinas, possuindo trinta e cinco (35) e quarenta (40) computadores com tecnologia atuais. Todos os laboratórios possuem datashow e ar-condicionado.

Laboratórios	Descrição	
Laboratório 1	Computadores	35 computadores (+1 para o professor) com sistema operacional dual-boot
	Área/Iluminação	57,15 m ² com janelas amplas e lâmpadas fluorescentes
	Climatização	Ar-condicionado
	Infraestrutura	Datashow
	Uso	Cursos de Informática
	Mobiliário	35 mesas e cadeiras
Laboratório 2	Computadores	35 computadores (+1 para o professor)
	Área/Iluminação	57,20 m ² com janelas amplas e lâmpadas fluorescente
	Climatização	Ar-condicionado
	Infraestrutura	Datashow
	Uso	Todos os Cursos
	Mobiliário	35 mesas e cadeiras
Laboratório 3	Computadores	40 computadores (+1 para o professor) com sistema operacional dual-boot
	Área/Iluminação	69,87 m ² com janelas amplas e lâmpadas fluorescente

	Climatização	Ar-condicionado
	Infraestrutura	Datashow
	Uso	Cursos de Informática
	Mobiliário	40 mesas e cadeiras
Laboratório 4	Computadores	40 computadores (+1 para o professor)
	Área/Iluminação	69,87 m ² com janelas amplas e lâmpadas fluorescente
	Climatização	Ar-condicionado
	Infraestrutura	Datashow
	Uso	Todos os Cursos
	Mobiliário	40 mesas e cadeiras
Laboratório 5	Computadores	15 computadores com sistema operacional dual-boot
	Área/Iluminação	57,20 m ² com janelas amplas e lâmpadas fluorescente
	Climatização	Ar-condicionado
	Infraestrutura	Datashow
	Uso	Projetos de pesquisa e curso de informática
	Mobiliário	2 bancadas de 20 lugares e cadeira
Laboratório 6	Computadores	32 computadores (+1 para o professor)
	Área/Iluminação	71 m ² com janelas amplas e lâmpadas fluorescente
	Climatização	Ar-condicionado
	Infraestrutura	Datashow
	Uso	Todos os cursos
	Mobiliário	40 mesas e cadeiras
Laboratório 7	Computadores	40 computadores (+1 para o professor)
	Área/Iluminação	71 m ² com janelas amplas e lâmpadas fluorescente
	Climatização	Ar-condicionado
	Infraestrutura	Datashow
	Uso	Todos os cursos
	Mobiliário	40 mesas e cadeiras

6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampus (para cursos EAD)

Não se aplica

6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)

Não se aplica

6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD ou para contemplar os 20% da carga horária em EaD nos cursos presenciais)

Para auxiliar na produção de material EaD, o câmpus possui uma sala de audiovisuais. A sala tem uma área de 9,38 m² e é equipada com isolamento acústico, fundo verde (para uso do chroma key), iluminação, microfone, tripé, câmera e computador para edição dos audiovisuais. Essa sala pode ser utilizada por servidores e estudantes para a produção de materiais audiovisuais, mediante reserva no sistema de reservas do câmpus.

O material EaD é disponibilizado no sistema institucional (SIGAA e/ou Moodle). E, para o acesso aos alunos, caso não tenham disponibilidade de internet em casa, o câmpus possui, na biblioteca, uma sala de Pesquisa Virtual. Essa sala é climatizada e está equipada com onze computadores, com acesso à internet, ao Portal de Periódicos da Capes, às normas ABNT e ao Acervo Virtual. O uso da sala se destina à pesquisa acadêmica e digitação de trabalhos. Os computadores possuem softwares utilizados nas disciplinas do curso e recebem manutenção dos técnicos de laboratório de informática do campus.

6.5 Biblioteca

O balcão de atendimento possui três estações de trabalho. O empréstimo dos materiais segue a Resolução CEPE/IFSC n. 037, de 12 de dezembro de 2012, republicada em 9 de maio de 2016, que regulamenta as normas para empréstimo de material bibliográfico aos usuários do SiBI/IFSC. Outros documentos que regulamentam e norteiam os processos e serviços da biblioteca são: a Resolução CEPE/IFSC n.165, de 25 de outubro de 2011, que é o Regulamento Único para o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina; e a Resolução CONSUP nº 32, de 23 de setembro de 2015, que trata da cobrança de multas no Sistema de Bibliotecas do IFSC.

O acervo está informatizado e é composto por livros de cunho técnico, de literatura, de referência e de conhecimentos gerais; por periódicos e por multimeios (CD e DVD). Os usuários têm acesso livre ao acervo, que é estimado em 10.212 exemplares e 4.567 títulos. O acervo está disposto em dez fileiras de estantes de face dupla, duas estantes são destinadas aos periódicos impressos adquiridos via doação e outra estante são dispostos os materiais de referência. O acervo é organizado conforme a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e o AACR2.

A aquisição do acervo segue o processo de compra de materiais permanentes e é feita seguindo as indicações de bibliografias básica e complementar nos PPCs dos cursos, conforme parâmetros estabelecidos pelo MEC. O desenvolvimento da coleção segue as diretrizes estabelecidas na Resolução CEPE/IFSC n. 57, de 29 de setembro de 2016, que estabelece a Política de Desenvolvimento de Coleções no IFSC.

No Salão Principal, há onze mesas com cadeiras à disposição dos usuários para estudo em grupo ou individual. O espaço conta com um computador exclusivo para consulta online ao

acervo. Há o sistema de internet wireless disponível na biblioteca. O ambiente é climatizado. O Salão Principal é envidraçado, utilizando-se a luz externa e interna como fontes de luz. Os espaços e as mobílias da biblioteca atendem a exigências mínimas de acessibilidade de cadeirantes. A biblioteca possui antifurto e quarenta nichos de guarda-volumes.

A Sala de Pesquisa Virtual é climatizada e está equipada com onze computadores, com acesso à internet, ao Portal de Periódicos da Capes, às normas ABNT e ao Acervo Virtual. O uso da sala se destina à pesquisa acadêmica e digitação de trabalhos. Os computadores possuem softwares utilizados nas disciplinas do curso e recebem manutenção dos técnicos de laboratório de informática do câmpus.

A Sala de Estudo Individual possui quatro bancadas para estudo individual e as normas de uso deste espaço são regidas pela Resolução nº 032/2016/CCG, de 01 de setembro de 2016. Neste espaço se encontram, também, o arquivo da biblioteca e o armário de coleções especiais.

As duas Salas de Estudo em Grupo possuem uma mesa e quatro cadeiras em cada sala e o uso do espaço é determinado pela Resolução nº 031/ 2016/ CCG, de 01 de setembro de 2016.

A Sala da Coordenação é climatizada e está estruturada para a realização do processo técnico dos materiais e possui uma mesa para reuniões.

O acesso às assinaturas do Portal de Periódicos da CAPES mantidas pelo IFSC pode ser realizado em qualquer computador da instituição e, para acesso remoto, via Rede Acadêmica Federada (CAFe). Periódicos especializados da área estão divulgados em catálogo próprio e o acesso é via Portal de Periódicos da CAPES ou acesso livre online.

O acesso às normas ABNT e ao Acervo Virtual é online e possível pelos computadores da instituição e, para acesso remoto, via Portal do Aluno, para os alunos, ou Intranet do IFSC, para servidores.

7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Conforme item que trata da constituição e funcionamento do Colegiado do Curso, apontamos que o Colegiado será órgão responsável por articular, semestralmente, a análise do projeto pedagógico de curso e sua adequação às demandas apresentadas pelos alunos e professores.

Para tanto, haverá pelo menos uma reunião pedagógica semestral, convocada pelo coordenador de curso, com o objetivo de analisar a relação entre o projeto pedagógico do curso e: (1) a efetivação dos objetivos gerais e específicos delineados; (2) o atendimento ao público-alvo do curso e o perfil do egresso; (3) a relevância das unidades curriculares e pertinência das ementas; (4) a afinidade do corpo docente com as unidades curriculares ministradas. Dessa reunião obrigatoriamente deverão participar representantes dos discentes do curso.

8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO

A oferta do Curso de Especialização em Pesquisa e Prática Pedagógica, constante no Plano de Oferta de Curso e Vagas do Câmpus Gaspar para o período de 2015 a 2020 e do PDI do IFSC, está autorizada pela Resolução nº 10/2016, CCG, do Colegiado do Câmpus Gaspar e é norteadada pela Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 – Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização e pela Resolução do CEPE/IFSC no. 105, de 18 de agosto de 2011. Cabe acrescentar que, segundo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aprovado pela RESOLUÇÃO CONSUP Nº 07, de 04 de março de 2020 para os anos 2020 até 2024, também faz previsão para a oferta do curso e de vagas.

9 ANEXO

Não se aplica